

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 55ª
(QUINQUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 20 DE JUNHO DE 2012**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Dr. Michel a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 54ª Sessão Ordinária;
- Ata da 11ª Sessão Extraordinária.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 20/06/2012 HORÁRIO: 15:55

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2011/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC	X	-	
ARLETE SAMPAIO	PT	X		
AYLTON GOMES	PR	-	X	
BENEDITO DOMINGOS	PP	-	X	
CELINA LEÃO	PSD	-	X	
CHICO LEITE	PT	-	X	
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS	-	X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	-	X	
DR. MICHEL	PSL	X		
ELIANA PEDROSA	PSD	-	X	
EVANDRO GARLA	PRB	-	X	
JOE VALLE	PSB	-	X	
LILIANE RORIZ	PSD	-	X	
LUZIA DE PAULA	PPS	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	-	X	
PAULO RORIZ	DEM	X		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	-	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	-	X	
RÔNEY NEMER	PMDB	X		
WASHINGTON MESQUITA	PSD	-	X	
WASNÝ DE ROURE	PT	X		
SIQUEIRA CAMPOS	PSC	-	X	
PATRÍCIO	PT	X		
TOTAL		09	15	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Estão presentes 9 Deputados, há *quorum* para iniciarmos os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro esta tarde, nesta Casa, a Casa da população do Distrito Federal. Hoje é o quarto ano da perda do Prof. Carlos Mota. Inclusive, há uma escola que leva o seu nome no Lago Oeste, bem como na comunidade da Rua 2 do Lago Oeste, onde ele morava, que também recebeu o seu nome.

Ele foi um professor que, na qualidade de educador, integrando inclusive os quadros da Universidade de Brasília e da Secretaria de Educação, deu uma enorme contribuição. É importante, Deputado Chico Vigilante, registrar que os criminosos que o assassinaram foram traficantes que perderam seu mercado, perderam seu espaço junto aos estudantes, que foram convencidos num projeto educacional de respeito a eles, enquanto jovens; de respeito a eles enquanto cidadãos; em respeito ao futuro deles. Portanto, é algo inusitado alguém ser assassinado porque estava fazendo o bem para a sociedade, em particular para a juventude, na qualidade de professor.

Poucas pessoas vieram a óbito, sobretudo de maneira tão violenta, em sua casa, na presença da sua esposa. Um professor, em função da sua competente ação, da sua liderança entre os jovens daquela escola. Ele, como professor, ou melhor, já era diretor da escola, achou a referência, o exemplo, a liderança e foi capaz de sensibilizar os estudantes a rejeitarem a droga e optarem pelos estudos. E os traficantes, incomodados pela sua liderança, levaram-no a óbito, indo à sua residência numa madrugada, e o assassinaram.

Então, eu quero nesta tarde tributar a esse jovem professor, jovem homem dedicado à coisa pública e ao Distrito Federal e, em particular, à educação, os meus mais sinceros reconhecimento e respeito pela sua história e pelo seu compromisso com a educação.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado Deputado Wasny de Roure pelas suas palavras bem lembradas. Inclusive, foi fruto de matéria hoje nos veículos de comunicação, que lembraram a morte do professor e também mostraram a manifestação dos estudantes naquela escola.

É bom lembrar que o Deputado Dr. Michel, naquela época, era delegado de polícia e efetuou a prisão dos quatro elementos que fizeram o homicídio do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

professor, e hoje se encontra como Deputado desta Casa, sendo o Vice-Presidente da Mesa Diretora. Inclusive, Deputado Dr. Michel, fizemos um discurso ontem em função do trabalho que V.Exa. fez na cidade de Sobradinho, combatendo o tráfico, inclusive na prisão desses meliantes que assassinaram o professor.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Perdoe-me, Dr. Michel. Eu realmente não tinha essa informação, porque não acompanhei esses detalhes. Na época, eu acompanhei o sepultamento dele, que foi cremado. Se V.Exa. já tinha um alto conceito, aumentou ainda mais esse conceito, por mais essa contribuição à sociedade que V.Exa. traz na sua trajetória, como homem da segurança pública.

Obrigado e parabéns.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço a V.Exa. por sua manifestação de parabenizar-me por esse trabalho. Foi um trabalho muito bonito que foi realizado à época, quando chegamos lá. Eu participei pessoalmente da investigação. Fui o coordenador da investigação todo o tempo. Foi um crime muito bárbaro, acontecido no Lago Oeste, em que ceifaram a vida do professor Carlos Mota no dia 20 de junho de 2008. A sua esposa, D. Rita, havia acabado de levá-lo ao hospital, quando nós chegamos. Ainda tentaram socorrê-lo, mas não houve como salvar a sua vida. Foi um crime muito bárbaro.

Realmente, V.Exa. falou com muita propriedade. Ele, tentando colocar aquela escola nos eixos, como deveria ser, e inibindo os traficantes naquele local, teve sua vida ceifada. Contudo, Deputado Wasny de Roure, nossos pares que pretendem ainda ser Deputados Federais — os quais conclamo para que, quando lá chegarem, tentem mudar essas leis que hoje estão aí —, o fato mais inusitado é que quatro anos se passaram, e um dos indivíduos até hoje não foi julgado. Todas as provas estão lá, não há o que se falar. Nem sobre tortura é preciso se falar ali. Tudo se fala quando se descobre que houve tortura. Ali não há como se falar em tortura. Foi feito tudo. Foi feita perícia. Ficou bem evidenciada a autoria daquele crime. E o mais inusitado é que quatro anos se passaram e ainda há um indivíduo que não foi julgado.

Isso nos traz uma sensação de insegurança muito grande. Como é que pode? A pessoa se foi há quatro anos, e o mandante do crime até hoje não foi julgado e pode, a qualquer momento, ser libertado, porque já ultrapassou o prazo da sua prisão preventiva. Então, a qualquer momento ele pode ser posto em liberdade, por uma inércia do Estado. Não vou dizer que seja do juiz. São as próprias leis que vão prorrogando isso. Assim, eu queria deixar aqui um manifesto de que as leis são muito brandas para os cometedores de crimes.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Era só isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje nós tivemos uma audiência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em que o Secretário de Planejamento, Dr. Luiz Paulo Barreto, em conjunto com a Secretária Adjunta, esteve aqui para poderem detalhar, por meio de uma exposição de motivos e, depois, de perguntas de Deputados presentes — não só da comissão —, no sentido de expor, de maneira analítica, toda a situação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. Algumas questões específicas foram apresentadas e discutidas.

Como havia a presença de poucos Deputados hoje pela manhã, eu solicitei a apresentação feita pelo Secretário, as transparências que ele apresentou com os quadros demonstrativos sobre a perspectiva da economia do Distrito Federal. Estou entregando hoje, nos gabinetes dos Deputados, todo esse material que foi discutido e apresentado.

Nós sentimos que a Secretaria de Planejamento do Governo está evoluindo, no sentido de organização, de planejamento, de dedicação e de profissionalismo, principalmente. Nós precisamos dar conhecimento do assunto aos Deputados, e temos feito isso. Nós quebramos alguns paradigmas em relação ao tratamento do Orçamento nesta Casa no ano passado, o que é reconhecido pela Secretaria de Governo, Deputada Arlete Sampaio.

Primeiro, nós estabelecemos que todos os Deputados teriam o mesmo tratamento que o relator do Orçamento, que os sub-relatores e que os membros da comissão. Anteriormente, nesta Casa, o relator tinha um privilégio, tinha um valor maior para apresentar emendas, os sub-relatores um valor maior, depois os Deputados da comissão, e depois é que vinham os Deputados que não faziam parte da Comissão de Orçamento. Nós acabamos com isso, ou seja, todos os Deputados — independentemente de ser presidente de comissão ou de ser relator — têm o mesmo valor nas emendas.

Deixei claro também, durante a audiência, que outro paradigma que foi quebrado é que sempre a Comissão de Orçamento superestimou a receita, ou seja, se o Governo mandasse para a Câmara Legislativa projeto dizendo que nesse ano teria uma receita de 10, os Deputados, a Comissão de Orçamento, geralmente colocava 12. Em cima desses 12 — superestimando a receita —, os Deputados faziam emendas. E era, na realidade, às vezes, uma receita fictícia. Poderia acontecer, mas poderia não acontecer. Então, nós também quebramos esse paradigma, extirpamos essa superestimativa de receita e tratamos da receita conforme o Poder Executivo manda.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Sabemos que o Poder Executivo tem uma flexibilidade de percentual para mexer nas rubricas em decorrência de superávit de receita. Mas ultrapassado esse limite estabelecido, acho que de 20%, Sr. Presidente, todos os créditos adicionais decorrentes de superávit de receita têm, necessariamente, que passar pela Casa. Então, não fazia sentido nós criarmos uma receita fictícia e, em cima dessa receita, fazermos uma apresentação de emendas. O Dr. Luiz Paulo Barreto, realmente, reconheceu o trabalho feito por esta Casa.

Também fiz um apelo, porque nós temos um coeficiente que estabelece o valor da emenda anual a que, através dos acordos de liderança, os Deputados têm direito. Este ano foi de 10 milhões, com 2 milhões para o bloco, uma iniciativa — dos 2 milhões — também da comissão, para valorizar os blocos da Casa.

Pedimos o empenho do Secretário para que houvesse a liberação, independentemente de coloração partidária, de ser Oposição ou Situação, e há alguns exemplos de governos bem sucedidos que trataram, no que diz respeito a emendas... Apesar de o Deputado Wasny de Roure ressaltar que, na época, estava no PT, o governo era adversário, e eles ficavam a pão e água, como vocês também — não liberava emenda nenhuma. Mas fiz esse apelo para que, quando o Governo necessitar de questões orçamentárias aqui, esses Deputados, não só os da base do Governo, mas também os de oposição, e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças tenham condições de argumentar favoravelmente, o que acontece geralmente no final do ano, quando tem que raspar o tacho de tudo o que existe em termos de custeio, de investimentos que não são realizados, para se pagar a folha de pagamento.

Mesmo assim a Oposição, ano passado, agiu de maneira correta – todos os Deputados de oposição – em decorrência exatamente desse comportamento que o Governo do Distrito Federal tem tido, independentemente de ser Oposição ou Situação, na execução de emendas. A maior dificuldade que temos tido quanto a emendas, por incrível que pareça, não é do Governo, não é uma ação política. É, às vezes, de um secretário ou de um administrador, porque você destina um recurso e ele não libera. Mas do ponto de vista do Governo, foi ressaltado aqui que tem sido feita a liberação das emendas.

Ainda assim, fiz um apelo junto com o Deputado Wasny de Roure, a Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Benedito Domingos, que estiveram presentes nessa reunião, para que estabeleçamos um coeficiente de execução dessas emendas. Também o próprio Secretário propôs que, para extirpar esse problema de críticas sobre eventos culturais, o GDF faça uma licitação e ganhe uma empresa, uma agência — seja lá o que for a vencedora — e ela, sim, passe a executar todos esses eventos da área cultural que há no Governo do Distrito Federal. Portanto, seriam extirpadas, de qualquer forma, essas críticas que se dão em decorrência de liberação de verba para a área de cultura.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Também ficou estabelecido — eu quero dar conhecimento aos pares, tanto aos que estão em plenário quanto aos que estão nos gabinetes — que a proposta da LDO traz que 50% dos valores das emendas necessariamente têm que ser aplicados em investimentos, ou seja, em melhoria de infraestrutura, em obras nas RAs de Brasília. É uma coisa boa, apesar de hoje – e apesar das críticas –, apenas 25% das emendas dos Deputados serem destinados a eventos. Então, hoje temos um percentual maior, mas esse projeto de lei de diretrizes orçamentárias estipula o valor de 50% de obrigatoriedade das emendas dos Deputados Distritais serem aplicados em investimentos, ou seja, em obras.

Portanto, eram esses os esclarecimentos que eu achava necessário fazer, e ainda quero acrescentar que estamos entregando a documentação. Entregamos o parecer preliminar com 106 páginas sobre a análise da LDO, estamos entregando toda essa exposição de motivos do Executivo. Na próxima terça-feira, pretendemos votar em definitivo o projeto de lei na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para que, com um prazo de quatro ou cinco dias antes do encerramento – nós sabemos que só poderemos sair de recesso com a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias –, para que a comissão diretora, V.Exa., Sr. Presidente, tenha tempo suficiente para colocar em votação esse projeto.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o País assistiu recentemente à votação do FUNPRESP – Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais. O projeto original permitia a extensão da participação do servidor público estadual.

Ocorre que, na versão final, parece-me que o servidor público estadual foi excluído, o que, portanto, passa a exigir que os governos estaduais – e, conseqüentemente, o Governo Distrital – possam apresentar uma propositura semelhante, para que nós venhamos a criar o fundo de pensão complementar do servidor público distrital.

Portanto, aproveito para deixar esse registro, essas considerações porque elas serão relevantes para o Poder Judiciário, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Os Deputados do PSD não se encontram.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, para mim especialmente, e creio que também para o Deputado Rôney Nemer, já que fomos os dois Deputados, Deputado Wasny de Roure, que mais nos empenhamos no sentido da aprovação daquele projeto de lei da carreira tributária, quando nós fomos achincalhados aqui dentro desta Casa, Deputado Dr. Michel, V.Exa. que votou conosco. Nós fomos doze Deputados que tivemos a coragem de aprovar a lei.

E lembro-me dessa galeria tomada, uns vestidos de preto, outros de vermelho. E os vestidos de preto, Deputado Wasny de Roure, xingando, dizendo que nós estávamos defendendo “trem da alegria”. Colocaram faixas e mais faixas nas ruas dizendo que nós estávamos defendendo o “trem da alegria”. E o pior é que alguns setores da imprensa do Distrito Federal embarcaram nesse discurso irresponsável. Nós dissemos que não era trem da alegria, e nós sustentamos aqui que havia precedentes em outros estados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

E agora, Deputado Paulo Roriz, tenho aqui em mãos um parecer, Deputado Patrício, de treze páginas, da Procuradoria Geral da República, assinado pelo Procurador, Roberto Gurgel, que diz que não existe nem sombra de inconstitucionalidade nessa lei. Parecer que, inclusive, ouviu a Procuradoria Geral desta Casa, ouviu a Procuradoria do Governo do Distrito Federal, ouviu a AGU – Advocacia Geral da União, e está aqui agora. Depois eu vou tirar cópia e disponibilizá-lo para todos.

Há um trecho muito importante na página 11, que diz o seguinte: “De resto, o nível superior de escolaridade constitui a mesma exigência para o ingresso em qualquer dos três cargos há mais de doze anos”. Era isso que nós dizíamos aqui, Deputado Wasny de Roure. E diz mais: “Ao determinar o aproveitamento dos fiscais tributários e dos agentes fiscais tributários no cargo de auditor fiscal da Receita do Distrito Federal, as normas impugnadas trataram de mera reorganização administrativa, a qual, por si só, não induz inconstitucionalidade alguma. Decorre pura e simplesmente da competência que o Estado tem de organizar seus órgãos e estabelecer o regime de seus servidores nos termos do art. 96, I, *b* da Constituição Federal”.

Aí ele fala, mais à frente, das outras leis de Santa Catarina que foram colocadas como inconstitucionais, e já existe decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que não é inconstitucional. Ao final, ele diz – a Constituição de 88, julgada por maioria, porque essa é do Rio Grande do Sul, disse que não era inconstitucional

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

–, aí ele termina dizendo: “Descabe falar em violação aos artigos 37, II e 41, § 3º da Constituição, porque houve, no caso, aproveitamento de servidores em cargo de atribuição e níveis de complexidade de escolaridade compatíveis com aqueles referentes aos cargos que então ocupavam. Ante o exposto, o parecer é pela improcedência do pedido. Brasília, 30 de maio de 2012”.

Agora nós temos o parecer do Procurador Geral da República. Eu espero, Deputado Wasny de Roure, que depois de julgado pelo Supremo Tribunal Federal, aqueles que nos xingaram aqui, aqueles que mentiram dizendo para a opinião pública que era trem da alegria, Deputada Luzia de Paula, venham nos pedir desculpas, que venham aqui dizer que não era trem da alegria, que venham aqui dizer que eles estavam equivocados, que venham aqui dizer que, na verdade, eles estavam defendendo uma espécie de reserva de mercado para as coisas não continuarem funcionando ali na Secretaria da Fazenda.

Eu tenho notícias que, nos próximos dias – e cabe ao secretário divulgar –, vão mostrar o quanto essa lei foi fundamental sob o ponto de vista de arrecadação de tributos do Distrito Federal, ou seja, vão mostrar efetivamente o quanto melhorou a arrecadação de tributos.

Portanto, eu espero, Deputado Patrício, que aqueles que vieram aqui, Deputada Luzia de Paula, dizer que esta Casa, Deputado Aylton Gomes, estava patrocinando o trem da alegria, Deputado Paulo Roriz, venham agora a público, peçam desculpas e digam: “O Deputado Chico Vigilante não estava errado, não. O Deputado Wasny de Roure não estava errado, não. A Deputada Luzia de Paula, que votou, não estava errada, não. A Deputada Rejane, que estava sentada aqui nessa cadeira de V.Exa., não estava errada. O Deputado Rôney Nemer, o Deputado Evandro Garla, que votou também, fomos doze, e nós não estávamos errados.

Deputado Dr. Michel, agora está provado. Portanto, eu acho importante isso.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, só uma correção: quando o senhor fala que eu votei também, não. Eu sempre voto com os senhores, porque votar com o Partido dos Trabalhadores sempre é uma vantagem, porque nunca está errado, e vocês do PT sempre estão votando certo. Não vê o Deputado Wasny de Roure? Quando ele vota, podemos acompanhar o voto dele, porque o voto é sempre certo.

Quando eu ouvi as pessoas dizendo que era inconstitucional, vi o Deputado Wasny de Roure votando, vi V.Exa. votando, vi a Deputada Rejane votando. Então, quando eu vi vocês do PT votando, eu só podia seguir, porque o voto era certo. Não tinha como dar errado. Concordam comigo? Naquele momento, nós não tínhamos como votar diferentemente, porque nós sabíamos que não havia

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

inconstitucionalidade. Até mesmo o Deputado Chico Leite, que é um constitucionalista, que é um homem do Direito, falou que não era inconstitucional. Como nós poderíamos dizer que era inconstitucional?

Aquilo ali era uma disputa interna entre eles, que não queriam ver a coisa dar certo. É isso que eu venho dizendo. Vai ter que dar certo, custe o que custar. Não adianta querer que dê errado. O novo caminho será implantado no Distrito Federal, custe o que custar. Nós vimos isso agora mesmo. Foi um exemplo lá na CPI. O novo caminho trilhando no caminho certo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e peço só mais um minuto ao Presidente Patrício. Quero, portanto, dizer que não é inconstitucional.

O mecanismo que nós temos aqui de comunicação é a nossa internet da Casa, é o *site* da Câmara. Algumas vezes, a gente está falando e o pessoal está se esquecendo de publicar aquilo que a gente fala. Já aconteceu comigo, com o Deputado Dr. Michel, e acho que já aconteceu até com V.Exa. Portanto, eu quero pedir a V.Exa. que determine que os jornalistas daqui da Câmara tenham o mesmo comportamento que os da Câmara dos Deputados. Lá, tudo o que se fala sai na Voz do Brasil. Portanto, que tudo o que a gente fale aqui vá para o nosso *site*. Espero que esse pronunciamento vá para o nosso *site*.

Eu sei, Deputado Patrício, que V.Exa. não se esqueceu de uma fala que iria fazer ontem. Eu lhe peço que a faça hoje, porque aquele lance está engasgado na minha garganta. Está certo?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Nos Comunicados de Parlamentares eu irei falar.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, imprensa, visitantes.

Desde o dia 17 de maio, as universidades brasileiras estão em greve. A Universidade de Brasília entrou em greve no dia 21 de maio. A situação é muito grave. A greve já atinge 54 instituições. Quarenta institutos ou centros federais de educação tecnológicos também estão parados. É uma situação que merece a atenção de todos. A ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – avisa que isso afeta um milhão de estudantes e afeta os nossos estudantes da UnB, que está em greve desde o dia 21 de maio. Esses estudantes, na verdade, entraram em greve pouco depois desse dia. Eles estão passando por uma discussão muito importante na universidade.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Nós temos uma greve que tomou conta dos três setores: os professores, os servidores e os estudantes. O debate que eu gostaria de ressaltar é o debate feito pelos estudantes das universidades do Brasil inteiro, com um claro protagonismo do DCE da UnB aqui em Brasília. Um DCE moderno, que foi eleito há pouco tempo e que já faz um trabalho extremamente diferenciado porque se atém aos assuntos práticos da universidade. Eles estão debatendo a assistência ao estudante.

A universidade pública brasileira é tradicionalmente conhecida como uma universidade elitista. Eu, que fui um dos primeiros estudantes de Samambaia a entrar na UnB, senti isso na pele. Na minha época de universidade, cobravam-se cinco reais pelo almoço no famoso bandejão, que hoje a gente chama de RU – Restaurante Universitário. Eu lembro também que o ônibus nos despejava como animais na L2 Norte. A gente tinha que descer a pé, ainda não havia esse negócio de ônibus no *campus*. A iluminação era precária porque se partia do princípio de que todos os estudantes da UnB ou iam de motorista ou iam de carro próprio. Isso era muito comum no meu curso universitário.

Foi assim que nós resolvemos fundar, junto com alguns colegas, a Associação dos Alunos de Baixa Renda. Essa é a minha história, Deputada Arlete Sampaio. Essa associação trouxe grandes conquistas. Uma dessas conquistas é que nós fizemos o movimento Pula Catraca e obrigamos a São José a colocar ônibus dentro do *campus*. Outra é que nós conseguimos mais iluminação no *campus* espalhando latas com pedras e querosene por ele e dizendo numa faixa bem grande: “Se a Reitoria não ilumina, os alunos iluminam essa universidade em trevas”.

Também conseguimos que o almoço e o jantar na UnB fossem vendidos a R\$0,50 (cinquenta centavos), e é assim até hoje, desde o ano 2000. Eu tenho muito orgulho de saber que os meus alunos carentes que entram na universidade pagam R\$ 0,50 (cinquenta centavos) pelo almoço e pelo jantar graças a uma luta de uma geração de estudantes carentes na UnB.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Prof. Israel Batista, agradeço pelo aparte. Eu queria aqui parabenizá-lo e também registrar, dentro dessa sua fala, que um dos meus filhos foi um dos primeiros lá no bairro, no Setor P Norte, na Ceilândia, a passar no primeiro PAS – Programa de Avaliação Seriada. Na escola dele, foi o único que passou naquele PAS, e só foi possível ele continuar estudando devido a esses ganhos da associação que V.Exa. fundou. Hoje, eu tenho a honra de ter um filho bacharel e licenciado em Química. Também esse mesmo menino é engenheiro mecatrônico, mas graças a essa condição de luta de outros jovens que, como ele, não tiveram a condição de nascer em berço de ouro ou numa camada da sociedade que pudesse dar essa sustentação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Então, quando V.Exa. expõe no seu depoimento esse exemplo de luta, esse exemplo de determinação na sua juventude, eu quero aqui acrescentar o quanto V.Exa. contribuiu, com sua história ainda tão jovem, para que outros jovens pudessem também passar por essa grande universidade que nós temos no Distrito Federal, mas que, infelizmente, está muito distante de ser realmente uma universidade pública em que os filhos de pobres possam estudar e se formar. Isso só é possível através de ações como a que V.Exa. foi capaz de liderar.

Parabéns! Que Deus continue iluminando-o para que tenha sempre essa coragem de iluminar aquilo que ainda está escuro, porque, infelizmente, principalmente para aqueles que mais precisam, para as nossas crianças, para os nossos jovens, nós sabemos que há uma escuridão imensa. Por isso, infelizmente, nós temos muitas vezes que ficar brigando por onde vai se colocar um Caje. Por que nós temos que brigar por isso? Justamente porque a sociedade, juntamente com o Estado, não dá condições aos seus meninos, as suas meninas de ser gente, de escolher o seu caminho. Dá a eles a condição de não ter escolha, e aí tem que se optar pelo que é mais fácil: ser marginal.

Muito obrigada.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Deputada Luzia de Paula, muito obrigado pelo seu aparte. Eu tive na semana passada essa triste notícia de que a Universidade de Brasília perdeu quatorze posições no *ranking* das universidades da América Latina, universidades que não são nem de longe as universidades de ponta. Fiquei triste porque eu me sinto filho da Universidade de Brasília.

A Universidade de Brasília é assunto para a Câmara Legislativa, sim, porque os nossos estudantes estão lá, porque se nós podemos dar o apoio, nem que seja reverberando essas lutas por todo o País, e nas nossas câmaras locais reverberando a luta das universidades brasileiras, isso é muito justo, isso é muito importante. Essa é uma das greves com maior alcance na história nacional, uma greve que está se ampliando cada vez mais, e é preciso que o Governo Federal se pronuncie. Se nós formos observar, o salário-piso de um professor universitário com doutorado está calculado em R\$ 2.329,00 (dois mil trezentos e vinte e nove reais). Isso é inaceitável num país que arroga chamar-se a quinta economia do planeta. Isso é de fato algo que nos impede de atingir a plenitude do nosso desenvolvimento.

Eu queria dizer ainda que as reivindicações dos professores são por aumento salarial. Eles querem, obviamente, melhorias na estrutura de trabalho da universidade, mas me chamou a atenção as reivindicações dos estudantes também. Primeiro, porque eles querem e agora acabaram de conquistar a paridade, numa reunião feita pelo Consuni, para eleição do reitor da universidade no Brasil inteiro. A partir de agora, então, os estudantes, professores e servidores terão o mesmo peso no cálculo da eleição.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Outra pauta que está em andamento é esta da assistência estudantil. O nosso País, para ser sério, precisa entender que estudar é uma atitude patriótica e o estudante não deve ter nenhum custo para acessar a educação. Na verdade, esse estudante cumpre um dever cívico, porque quanto mais pessoas formadas e gabaritadas cientificamente houver, mais grandioso será o nosso País. Estou aqui nesta tribuna em defesa dos estudantes da Universidade de Brasília, do DCE desta universidade, que tem mantido contato comigo constantemente, e me declaro completamente favorável à luta histórica por um Brasil com educação de qualidade e com uma universidade pública e gratuita de verdade no nosso País.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero apelar – até já há concordância dos colegas Deputados – para que possamos entrar na pauta do dia de hoje, porque já temos *quorum*. No entanto, o faço na forma de um apelo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção do Líder de Governo e do Coordenador de Assuntos Parlamentares, pois todos os Parlamentares de maneira geral têm tido muita dificuldade na execução das emendas. Agora, com a chegada da Casa Civil, o Planejamento diz que a responsabilidade da execução das emendas de Parlamentares é da junta orçamentária, isso dito pela Wanderly. Descobri hoje que isso é uma mentira. Estive com o Berger e com o Afonso, e não existe isso. Quem irá tratar das emendas de Parlamentares é a Secretaria de Governo e o Planejamento.

As nossas emendas de Parlamentares para execução de pequenas obras, para eventos culturais não são submetidas à junta orçamentária. Eles estão criando essa celeuma. Já perdi alguns eventos de movimentos sociais e também de pequenas obras na cidade do Riacho Fundo I por conta disso: se joga para um lado e para o outro. Então, peço a V.Exa., Sr. Presidente, que comunique ao Coordenador de Assuntos Parlamentares para dizer quem irá tratar da liberação das emendas de Parlamentares.

Hoje mesmo, antes de eu vir para cá, o Governador me ligou pedindo para que eu tratasse de alguns projetos, para que conversássemos com o pessoal aqui, a fim de que fizéssemos um mutirão para as votações. Mas fica difícil ajudar dessa forma, pois o próprio Governo – nós, que somos Base, estamos com essa dificuldade de trabalhar em prol de nossas demandas sociais. Então, chamo a atenção do Líder

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

de Governo e do Secretário Parlamentar, porque as coisas precisam ter uma via de mão dupla com a base do Governo. Não está certo esse procedimento da Wanderly em jogar para a junta orçamentária, sendo que eles não têm de tratar disso. A Casa Civil foi feita para tratar da gestão do governo.

Estou esclarecendo aos Líderes da Câmara e aos Parlamentares que quem é responsável pelas emendas dos Parlamentares é a pessoa da Wanderly.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apoiar as palavras do nosso amigo Deputado Cristiano Araújo, e também dizer que fica muito difícil, porque de fato a gente vem e faz as emendas Parlamentares, mas quando é no final de outubro/novembro, é uma romaria aqui de administrador a presidente de empresa. Eu, particularmente, mandei seis milhões de reais para a Novacap para ajudar na pavimentação do Distrito Federal, mandei a emenda. Agora é uma romaria de telefonema do pessoal da Novacap pedindo para eu fazer gestão perante o governo para liberar a emenda para eles fazerem o trabalho.

De fato, essa colocação que o Deputado Cristiano Araújo acaba de fazer é de suma importância nesta tarde de hoje. V.Exa., como nosso líder, nosso Presidente aqui da Câmara, pode aí nos ajudar para que essas questões sejam resolvidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para cancelar a fala do nobre Deputado. Emenda parlamentar tem que ser tratada realmente com muito zelo. Eu acredito que todo Parlamentar tem os seus compromissos com a comunidade, tem suas demandas da comunidade. As pessoas quando buscam a Câmara, quando buscam o Parlamentar requerendo uma emenda, querem que ela seja liberada.

Então, é um apelo que fazemos: que se dê continuidade à liberação das emendas. As minhas com certeza estão sendo liberadas, mas que se dê continuidade à liberação das emendas de todos os companheiros.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Também concordo com o Deputado Cristiano Araújo. Há muita dificuldade. Eu acho que eu devo ser da Base de segunda, porque o Governador não me ligou dizendo quais são os projetos que são prioritários para ele, não. Eu devo ser da Base de segunda realmente. Eu devo entrar em obstrução mais uma vez, porque não me ligou perguntando quais seriam.

Eu quero parabenizar V.Exa., Deputado Cristiano Araújo, que deve estar bem cotado lá com o Governador, porque eu nunca recebi uma ligação me pedindo para votar alguns projetos. Eu devo ser de terceira categoria realmente.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Deputado Dr. Michel, ele me falou que estava ligando para os Líderes dos blocos.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu como Vice-Presidente nunca recebi uma ligação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu ouvi as falas dos Parlamentares.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Eu quero pedir ao Deputado Dr. Michel que não se retire, não faça obstrução para que nós possamos votar os vetos.

Quero dizer que V.Exa. não é Deputado de segundo escalão, como eu não sou de terceiro, porque o Governador eventualmente não nos ligue. O importante é vislumbrar quem de fato está aqui sempre para apoiar e votar os projetos do Governo. E nessa condição, V.Exa. é um Deputado de primeira, e precisa estar conosco aqui para que possamos apreciar hoje os vetos que acertamos ontem no Colégio de Líderes. Portanto, eu peço sua permanência.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Então, eu quero, somente para terminar a minha fala, avisando ao Líder do Governo e também ao Coordenador de Assuntos Parlamentares, dizer que não vou obstruir hoje não. Mas eu quero a definição de quem é que vai tratar do assunto das emendas dos Parlamentares no Governo: se vai ser a junta orçamentária pela Casa Civil, ou se vai ser a Secretaria de Planejamento, na pessoa da Wanderly, porque eu estou cansado de votar créditos aqui para administrações a, b e c.

Nós já conversamos, Sr. Presidente, sobre essa posição que o governo às vezes adota com algumas administrações. Nós fazemos nossas emendas para as

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

regiões pelas quais somos responsáveis, e muitas vezes o governo não apoia nada. São as emendas, e se travarem as emendas, nós ficamos impossibilitados de trabalhar.

Então, esse é um assunto sério porque nós precisamos fazer política. A eleição se aproxima de agora para frente. Então, temos que ter uma definição clara de quem é o responsável por isso. Não pode mais continuar esse jogo de empurra-empurra: liga para um; não, é na Casa Civil. Eu estive hoje com eles, nas pessoas do Berger e do Afonso, e me falaram: “Não tratamos de assunto de Parlamentar aqui. Quem trata disso é a Wanderly, pela Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Governo”. Então, eu quero essa definição do Líder do Governo e também do Secretário de Comunicação, sob pena de paralisarmos, Deputada Arlete Sampaio, com todo o respeito a V.Exa., ao seu empenho.

Nós estamos aqui para votar, mas não dá para tratar a gente como moleque também, porque é assim que eu estou me sentindo ser tratado.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Eu quero me solidarizar com o Deputado Cristiano Araújo. Realmente a questão das emendas é uma questão séria.

Quero agradecer a Deputada Arlete Sampaio. Em homenagem e em solidariedade a V.Exa., eu vou ficar realmente em plenário porque sei que, se V.Exa. fosse Governadora, teria me ligado, porque quando V.Exa. era Vice-Governadora, até como delegado me ligaria. Então, ficarei em plenário em solidariedade a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reafirmo as palavras do nosso Líder, Deputado Cristiano Araújo. Hoje tivemos aqui uma audiência pública da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças com a presença do Secretário de Planejamento, Dr. Luiz Paulo, a Wanderly e os demais companheiros da Secretaria da Fazenda. Nós naquela oportunidade levantamos a questão da liberação das nossas emendas, porque o que ocorre é que quem está movimentando ou quem movimenta as administrações regionais são as emendas dos parlamentares. São pequenas obras, mas de grande utilidade, que geralmente atendem reivindicações comunitárias, sejam de organização religiosa, filantrópica ou de associação de moradores que reivindicam. As emendas vêm atendê-las, gerando empregos, gerando movimento. O comércio está parado. É preciso que se movimente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Não é possível. O Governo hoje faz propaganda abertamente de que vai ter 2 bilhões de reais para gastar. Ora, é muito dinheiro, é muita grana para gastar do PAC 2, 2 bilhões de reais, e mais o do Orçamento. Esses pinguinhos que os Deputados têm, que atendem as nossas comunidades, não podem ficar congelados ou sendo liberados simplesmente na base do conta-gotas. É preciso que haja uma análise.

É evidente que nós, Deputados, não executamos obras. Nós colocamos emendas. Quem executa são as administrações regionais. São elas que fazem as licitações, que acompanham a aplicação dos recursos, que trazem movimento, trazem benefício. Isso é bom para o governo. Quando se inauguram obras e se fazem mais obras, quem fatura mais não são os Deputados, mas o próprio governo, seus administradores regionais e toda a estrutura de governo.

Já apelamos aqui e sei que o nosso Secretário vai se sensibilizar com esse nosso pedido. Confirmando as palavras do Deputado Cristiano Araújo, que se defina quem é quem. Não pode ficar esse jogo de empurra: fala-se com um, mas é com outro; fala-se com outro, mas é com um. É preciso que haja determinação, senão, Sr. Presidente, vai chegar o final do ano e as nossas emendas estarão praticamente prejudicadas, porque não serão liberadas.

Agora é época de obra, é época da seca, é época em que as obras rendem mais na qualidade e os serviços são feitos. Acredito que o Governador deveria se sensibilizar e olhar mais para essa situação. É uma questão política nossa, temos interesse nisso, trabalhamos por isso, mas o benefício vem mais para o governo do que para os próprios Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a V.Exa. que fizéssemos uma reunião no dia de amanhã do Colégio de Líderes só para tratar da questão das emendas. Eu gostaria de apresentar o quadro da execução das emendas. Em nenhum momento, fui procurado sobre qualquer reclamação de execução das emendas, de acordo com os parâmetros que o governo tem adotado para com todos os Deputados.

Pela primeira vez, o Distrito Federal está vendo um governo que executa emendas de Parlamentares da Oposição. Com todo o respeito aos colegas Deputados, estou no meu quarto mandato nesta Casa: dois mandatos como Oposição e dois mandatos como integrante da Base de Governo, ora do Governo Cristovam, e agora do Governo Agnelo. Quero discutir com a devida responsabilidade esse assunto naquilo que cabe a nós.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

De fato, Deputado Cristiano, a matéria de execução das emendas de Parlamentares passa pela Secretaria de Governo, não passa pela Casa Civil. Se V.Exa. tivesse perguntado para mim, eu teria dito a V.Exa., com toda a vênia. No âmbito da Secretaria do Planejamento, nós, muitas vezes, para facilitar a agenda do Secretário, nos reportamos à Secretária Adjunta, que é a Wanderly.

Sugiro, Sr. Presidente, que operemos nos esclarecimentos e até mesmo nos devidos puxões de orelha. Eu não tenho nenhuma dificuldade, tenho procurado ajudar todos os Deputados. Há pouco, eu falava com o Deputado Paulo Roriz. Não tive oportunidade ainda de falar com o Deputado Siqueira Campos. São Deputados que não foram contemplados em nada. O governo acertou liberar no próximo projeto de lei emendas desses Deputados. Portanto, há iniciativas que devem ser reconhecidas.

Então, vamos fazer a leitura do conjunto, mas eu acho que seria pertinente uma reunião do Colégio de Líderes, porque lá se firmam os compromissos e o acordo, como esse de votar a pauta essencialmente de matérias desta Casa, que são os vetos aos projetos que foram previamente acordados no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ouvi atentamente as questões dos Parlamentares. Então, vou aqui responder algumas. Perdoem-me se eu falhar na resposta de algumas aqui, até porque vários parlamentares fizeram questão de ordem.

Primeiro, a questão do Orçamento. Inclusive, o Deputado Agaciel Maia fez uma questão de ordem sobre isso anteriormente quando estava aqui. Hoje, realmente, houve audiência pública com a presença do Secretário de Planejamento para se discutir o Orçamento. Não sei de quem foi a ideia, quem foi o iluminado, mas essas coisas aparecem na hora certa, porque a política rasteira aparece na hora certa. Alguém colocou lá que a Mesa Diretora ia decidir por ato próprio. Vou até ler aqui, para depois não dizerem que estou inventando. Amanhã sai em algum lugar que eu estou criando conspiração ou fico conspirando todos os dias, aliás, contra não sei quem:

“A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal dimensionará, por ato próprio, o quanto das emendas parlamentares deverá provir da reivindicação da própria população.” Isso foi ideia de alguém do governo, que mandou na lei para cá. Com certeza, não foi para que esta Mesa Diretora fizesse isso. É o jogo da próxima Mesa, que já vem desgastando muita gente desde o ano passado. Eu não vou entrar nesse jogo rasteiro.

Eu pedi a cópia das notas taquigráficas da discussão de hoje, que meus assessores já estão analisando, para que eu possa fazer o debate no plenário com muita tranquilidade, inclusive para dizer quem é quem, sem nenhum problema, para depois não ser leviano com ninguém. Porque eu não pedi isso e nenhum membro da Mesa, tenho certeza, foi ao governo pedir isso. Pelo menos da Mesa atual. Da Mesa

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

atual, cinco membros, eu tenho certeza que não, a não ser que alguém que já acha que está na próxima Mesa foi lá pedir.

Então, é bom deixar as coisas claras aqui, para que os Deputados não fiquem achando que eu fui lá pedir para colocar, até porque esse tema de reeleição está desgastando demais já, e eu nunca tratei isso com ninguém aqui. Nunca tratei com nenhum Deputado, nem no PT nem em lugar nenhum, nem com o Governador. Aliás, Deputado Cristiano Araújo, o Governador nem me liga. S.Exa. não me ligou para dizer quais eram os projetos prioritários para S.Exa. Talvez tenha se esquecido de que quem decide a Ordem do Dia é o Presidente da Casa. Então, S.Exa. pode ligar para todos os líderes. Podem decidir, inclusive, no Colégio de Líderes o que está em condições de se votar, mas se o Presidente não colocar na Ordem do Dia, não vai se votar.

Hoje, por exemplo, são projetos de Deputados e vetos. Hoje não tem projeto do Executivo. Amanhã será comissão geral. Na semana que vem, os Deputados darão *quorum*, e, pelo acordo que foi feito, faremos as votações aqui. Para deixar as coisas claras, cada uma em seu lugar, precisamos estabelecer aqui como as coisas funcionam. Nós temos Regimento Interno, Lei Orgânica. É claro que nós temos esse tipo de poder. Se quiser fazer disputa política, eu topo em qualquer lugar. Agora, política rasteira, eu não vou fazer. Isso não! Então, alguém colocou, mas isso vai aparecer. Eu vou descobrir quem foi depois. É bom, inclusive, os membros da Mesa tentarem saber quem colocou.

O debate foi até acirrado hoje, em função dessa questão do orçamento. Talvez alguém estivesse pensando que alguém da Mesa foi lá pedir. Para deixar claro, estou falando em meu nome e em nome dos membros da Mesa, que nenhum membro da Mesa foi lá pedir para colocar isso aqui. Aliás, sempre quem discutiu questão de emenda de parlamentar foi a CEOF. E sempre foi decidida no Colégio de Líderes. Aliás, sempre foi discutida com a presença dos 24 Deputados. Nós reunimos os 24 na Presidência da Câmara e decidimos na sede antiga, e agora na sede nova. É bom deixar isso claro aqui.

Eu vou continuar falando como eu disse ontem: eu não vou viver de boatos e não vou entrar na boataria. Não sou preocupado com o que a imprensa noticia. A imprensa faz o papel dela, e eu faço o meu e com muita consciência. Para esclarecer aqui, ontem foi veiculado que três Deputados gastaram erroneamente a verba indenizatória, o que é mentira. Deviam ter apurado. Na verdade, vinte Deputados foram notificados, porque o Ministério Público queria recomendar que a verba fosse usada de outra forma, ou que corrigissem algumas incorreções vistas pelo Ministério Público. É bom lembrar que isso foi antes, inclusive, da publicação do ato da Mesa Diretora que regulamenta o uso da verba indenizatória. Isso foi no início do ano.

Nós já publicamos um ato que regulamenta a utilização da verba indenizatória de forma transparente, inclusive publicando no *site* da Câmara. Mas eu

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

já sei qual foi o Deputado que passou para o veículo de comunicação. E não passou o nome dos vinte, só passou o de três — algum motivo teve. Isso é jogo de Deputado. Existe Deputado jogando contra os próprios Parlamentares e contra a Casa, porque uma matéria como essa que saiu ontem não atinge só um Deputado, atinge a Casa inteira. Eu não vou entrar nesse jogo, tanto que nem fui dar entrevista.

Daqui para frente, eu vou usar os mecanismos que a Câmara Legislativa tem. Eu não cedo à pressão de ninguém. Acho que algumas pessoas não me conhecem ainda. Algumas pessoas não me conhecem. Eu não faço nenhuma votação aqui, não fiz o arquivamento dos pedidos de *impeachment* do Governador, não tratei a CPI do jeito que tratei por causa de cargo, chantagem ou achincalhamento. Quem acha isso está enganado, não me conhece. Eu não dei um telefonema para o Governador, nem para ninguém do Governo, e não pedi cargo nem nada. As minhas emendas parlamentares, neste ano, foram todas destinadas para obras nas regiões administrativas, nenhuma foi para evento cultural.

E eu disse, no começo do ano, que eu iria fiscalizar a execução das emendas. Para deixar as coisas muito claras aqui, eu não tenho problema de levar pancada de ninguém, como coloquei da imprensa, mas não vou aceitar o jogo rasteiro. Não vou aceitar que denigam a imagem da Câmara ou a minha imagem pessoal. Isso eu não vou aceitar.

Eu já fiz um requerimento na delegacia, diretamente com o Diretor-Geral da Polícia Civil, contra um blogueiro, no dia de ontem. Hoje assinei uma ação na Justiça, que é a primeira que a Câmara Legislativa faz, contra o blogueiro também, e ele vai provar na Justiça. Amanhã vou entrar com outras ações pessoais na Justiça e também vou entrar com quantas mais a Câmara precisar. Jornalista sério vai trabalhar, mas não ache que vai inventar qualquer tipo, em *blog* ou qualquer jornal, para fazer pressão para liberar verba de publicidade, porque eu não vou liberar. Eu não vou liberar verba de publicidade por pressão ou por coação.

A Câmara não vai ceder mais à chantagem que cedia no passado. Não vai. Para toda verba de publicidade foi feita a licitação. Diferentemente da do governo que foi travada pelo Tribunal de Contas, a Câmara fez a licitação. Foi acompanhada pelo Ministério Público. Muitas pessoas questionaram a presença do Ministério Público, do Promotor inclusive, aqui dentro da Câmara, mas ele acompanhou, sim. Aqui ninguém tem nada para esconder. Depois da licitação, as empresas que ganharam, as agências estão fazendo o trabalho de publicidade.

É bom lembrar aqui — é por isso que muita gente fica revoltada — que é um trabalho de publicidade institucional, porque a verba de publicidade pertence à Câmara Legislativa, não é a nenhum Deputado e não é a nenhum jornalista, nenhum repórter. Pertence ao Poder Legislativo, e têm que ser divulgadas as ações do Poder Legislativo. Um Poder que o tempo todo é enfraquecido, muitas vezes por ações do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

governo, que quer enfraquecer para ficar bem, muitas vezes pelo Ministério Público e outras pela Justiça. Aqui dentro da Câmara, não! Não! É bom deixar claro aqui.

Nós não vamos aceitar interferência do Poder. Nós não entramos em nenhum Poder, nem no Executivo, em gerência, nem no Judiciário, nem no Ministério Público. Também não vamos aceitar aqui. Recomendação do Ministério Público não é lei nem determinação, é recomendação. É só recomendação. Se o Ministério Público quiser, que entre na Justiça. Se sair uma decisão judicial, a Câmara vai seguir ou vai contestar. É bom deixar muito claro aqui.

Nós estamos com um estudo pronto, inclusive, e vamos soltar para que as pessoas possam ver. Nós vamos fazer a próxima campanha de publicidade da Câmara mostrando isso, para quebrar o que sempre falaram da Câmara Legislativa, que a Câmara só aprova leis inconstitucionais, o que é uma mentira. Todos os projetos nesta legislatura estão passando em todas as comissões. Só um projeto foi declarado inconstitucional — um projeto foi declarado inconstitucional. E olha que nós votamos no ano passado 659 proposições — um inconstitucional. Todas as medidas de transparência a Mesa Diretora e os Deputados tomaram: nepotismo, ficha limpa.

Enquanto outros Poderes não tomaram, a Câmara tomou. A Câmara está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, 1,43%. Neste mês nós estamos em 1,46%, no último quadrimestre, o mais baixo da história, e trabalhando com muita transparência. No dia em que eu sair da Presidência da Câmara, eu vou poder olhar no olho de qualquer Deputado, de qualquer membro do governo, de qualquer jornalista, porque eu não me vendo e não vou romper com os meus princípios. É bom deixar isso claro aqui. Quem acha que vai fazer esse tipo de chantagem na imprensa, achando que eu vou ceder, eu não vou ceder.

Deputado Cristiano Araújo, nós já estamos passando por um ano e seis meses, e os outros seis meses que virão serão fichinha, dá para levar tranquilamente. Se nós suportamos um ano e seis meses, imagine os próximos seis meses. Será tranquilo. Sairemos de cabeça erguida, para que a Câmara saia fortalecida, principalmente para isso que V.Exa. colocou aqui hoje e que todos os Deputados reclamam o tempo inteiro, a questão da execução das emendas parlamentares. Inclusive, o Deputado Agaciel Maia foi à Comissão de Orçamento e negociou com o governo para que passasse para 10 milhões para cada Parlamentar e para 12 milhões. Primeiro chegamos aos 10 milhões. Depois, chegamos aos 12 milhões. Mais 2 milhões para os blocos. E, depois, o Deputado tem dificuldade de execução.

É bom lembrar aqui que, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde os Deputados se uniram, conseguem quase a totalidade da execução das suas emendas parlamentares. Deixaram de ficar jogando uns contra os outros, e 80% dos Parlamentares se reelegem em toda legislatura, voltam para a Assembleia

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Legislativa. É bom deixar claro aqui, para que os Parlamentares possam se ombrear para continuar lutando, porque os nossos adversários estão lá fora, não estão aqui dentro da Câmara Legislativa.

Eu fiz esse esclarecimento porque vamos entrar na Justiça contra o blogueiro, contra as matérias que foram colocadas por ele. E podem colocar mais. Eu não tenho nenhum problema. O que eu achar que devo entrar na Justiça, eu entrarei pessoalmente. Quando eu achar que foi agressão à Câmara, a Câmara vai entrar e vai acionar a Justiça, mas, primeiro, vamos fazer a ocorrência policial para que a Polícia Civil possa realizar a investigação, para que a pessoa saiba o que estamos fazendo aqui. Mas nós não vamos ceder de forma nenhuma.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que, para se achar o valor das emendas dos Parlamentares, há um indicador. Mesmo esse indicador sendo um valor bem mais elevado, próximo de 14 milhões, nós optamos em fazer essa redução, negociada com o governo, para uma emenda de 10 milhões por Deputado, e mais 2 milhões por bloco, 12 milhões. Nós estamos bem abaixo do que estabelece a legislação.

E ainda é importante dizer que no final do ano — o Deputado Wasny é testemunha —, para ajudarmos o governo, foi feita uma negociação em que parte do orçamento das emendas dos Deputados que não foi executado, que o governo estava precisando eliminar, passar o rodo como diz o ditado, em todas as despesas de custeio e investimento, para poder fechar a folha de pagamento. Nós fizemos um acordo na Câmara que votaríamos nesse sentido, com a condição de que o governo cederia 1 milhão de reais depois que as coisas melhorassem. Então, foi feito esse acordo aqui, os Parlamentares sabem.

Hoje eu fiz um apelo pessoal. Tivemos uma audiência para discutir o projeto de lei de diretrizes orçamentárias. Eu fiz um apelo especial, fiz um retrospecto do comportamento e do relacionamento que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Câmara Legislativa têm tido com a Secretaria de Planejamento, de maneira que em nenhum momento o Poder Executivo pode reclamar dos nossos trabalhos. Eu fiz um apelo para que fosse facilitada a execução das emendas dos Deputados, independentemente de coloração partidária, ou de ser de Oposição ou de Situação. O que sentimos e o que o Deputado Cristiano Araújo estava falando é exatamente uma indefinição sobre quem está gerenciando esse aspecto.

Não sei se é estratégia do governo para que se aproxime do final do ano e não consigamos executar as emendas e, a partir desse momento, por não conseguirmos executar por esses entraves burocráticos, ele faça novamente a estratégia de dizer que, já que não deu tempo de executar essas emendas, vamos juntar todo esse dinheiro que não foi executado e vamos transformá-lo em um

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

crédito para pagamento de pessoal. Eu não sei dizer se realmente a estratégia do governo é essa. Só o governo pode responder.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou complementar o que S.Exa. disse. Eu queria a atenção de V.Exa., Sr. Presidente, a esta fala. O Deputado Agaciel Maia foi muito feliz em seu pronunciamento.

Eu não entendo essa dificuldade que é gerada, por questões de governo, na execução das emendas. Eu vou dar um exemplo a V.Exa. Eu estou com mais de oito obras paradas no Riacho Fundo I, com projetos aprovados. As emendas são minhas. Já officiei à Secretaria de Governo, já officiei à Secretaria de Planejamento e me dizem que isso se deve a essa junta orçamentária. Mas quem é essa junta orçamentária, se já foi para o governo? Eu não entendo. É um jogando para o outro, enquanto alguns outros estão executando.

Então, diga-me o caminho. Hoje mesmo eu vou preparar. A Deputada Arlete Sampaio esclareceu aqui que é a Secretaria de Governo. Não tem problema, vou sentar ali agora com o meu assessor, vou preparar os ofícios e vou à Secretaria de Governo despachar tudo o que eu tenho pendente lá. Não tem problema. O jogo está claro agora. Mas o que não dá é ligar para um Secretário ou para uma Secretária e ouvir: “Não, agora é tudo com a Junta. A Junta é que decide isso”. Mas quem integra a Junta? A Junta não é o Planejamento? A Junta não é o Secretário de Governo? O Willemann, por exemplo, está representando aqui a Secretaria de Governo e estava sabendo das deliberações. No Planejamento, a Wanderly estava sabendo também das minhas...

Então, não são eles que compõem a Junta? Aí, usam a Junta, que é uma peça criada agora nessa nova metodologia do Berger, para dificultar a nossa liberação. Não estou entendendo isso. As emendas parlamentares têm que ter um tratamento diferenciado. É isso o que eu estou falando. Nós estamos respondendo a anseios de movimentos sociais nossos, obras que são das nossas bases. Então, é esse tratamento, Deputado Wasny de Roure, que eu quero de V.Exa., que eu quero do governo, da mesma forma como eu trato os pleitos do governo aqui dentro.

O Deputado Agaciel Maia foi muito elegante na forma como falou, mas é isso que acontece. Eu falei com essas pessoas, esses membros dessa junta orçamentária. Hoje eu fui à Casa Civil para perguntar, e isto foi o que me disseram: “Cristiano, não é a junta orçamentária. O responsável por isso aí é o Planejamento, junto com a Secretaria de Governo”. Só que o Planejamento dizia que era a Junta, entendeu? Ficam nesse disse me disse. Há vinte dias houve o confisco das obras da região administrativa pela qual estou responsável e não consigo a liberação, porque fica um

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

jogando para o outro. Perdi duas ações sociais que eu faço nas cidades por conta da junta orçamentária.

Queria esclarecer isso. Então, que se diga que não vai ser liberada emenda para o deputado a, b ou c. Não tem problema, a gente se vira.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero fazer dois esclarecimentos que julgo importantes a partir das falas dos Parlamentares.

O primeiro deles é que, quando o Governador Agnelo convidou o Berger para a Casa Civil, ficou estabelecida uma divisão de tarefas. A Secretaria de Governo é a secretaria responsável pela articulação política, inclusive com relação ao contato com os Parlamentares, com a Câmara Legislativa. A Secretaria da Casa Civil é responsável pela gestão de governo, e também é a Secretaria Executiva da Junta de Execução Orçamentária, da qual fazem parte o Governador, como Presidente da Junta, o Secretário de Planejamento, o Secretário da Casa Civil e o Secretário da Fazenda.

Então, é claro que a questão das emendas passa por uma articulação nossa dos Parlamentares. Eu quero aqui reiterar a proposta feita pelo Líder do Governo de que, na tarde de amanhã, façamos uma reunião dos Líderes para que se faça um balanço dessa execução orçamentária. Inclusive, se for o caso, sugiro que façamos contato com a Secretaria de Governo para estreitar e azeitar essa relação, porque é a partir da Secretaria de Governo, dos contatos com os Parlamentares, que a questão das emendas é posta em debate na Junta de Execução Orçamentária, que é quem finalmente libera os recursos. Vamos fazer amanhã a reunião proposta pelo Deputado Wasny de Roure. Vamos estabelecer a partir daqui um contato com a Secretaria de Governo e definir claramente todo o trâmite das emendas parlamentares, para que não se prejudique nenhuma execução.

Quero dizer que, quando fui Parlamentar nesta Casa por quatro anos, eu tive em quatro anos a execução de uma emenda parlamentar, e porque o Secretário da pasta — o Secretário de Obras — era o Deputado Rôney Nemer. Eu fui pedir a S.Exa. para fazer uma reforma em uma quadra de esportes de uma escola no Cruzeiro. Foi a única emenda que eu consegui realizar. Portanto, eu creio que este governo tem uma visão republicana. Os Deputados da Oposição inclusive também têm suas emendas executadas, mas nós precisamos é de tranquilamente fazer um contato com a Secretaria de Governo e estabelecer um *modus operandi* que favoreça e explique a todos os Parlamentares qual é a tramitação que se faz para a liberação de emenda.

O segundo esclarecimento, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer, lembrando em um diálogo aqui com o Deputado Prof. Israel Batista, é que o Governo

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

do Presidente Lula dobrou o número de vagas em universidades públicas no Brasil. Em oito anos, o número de vagas foi duplicado e foram criadas novas universidades e novos *campi* para que houvesse, de fato, a possibilidade de os alunos terem acesso à universidade pública, além daqueles que tiveram acesso através do Prouni.

Eu quero dizer ao Deputado Prof. Israel Batista que o Brasil, como sexta economia do mundo, viu recentemente o desempenho da nossa Presidenta Dilma no G20, e agora também na sua eleição como Presidente do Fórum Rio+20. E por este motivo – ela estar ausente de Brasília – é que não foi possível ainda definir a possibilidade de negociação com os professores de todas as universidades que estão parados no Brasil. Na próxima semana, segundo a informação do Ministério do Planejamento, haverá uma mesa de negociação, já com o aval da Presidenta Dilma, para que possamos, a partir daí, buscar resolver essa greve, que é do maior interesse do Governo Federal, para que sejam retomadas as aulas em todas as universidades públicas do Brasil.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que neste momento está havendo na EAPE – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – uma cerimônia em que o Secretário de Educação está lançando o projeto político-pedagógico deste governo, para conhecimento público. Neste momento também está havendo uma homenagem ao Prof. Carlos Mota, assassinado há quatro anos, que aqui já foi mencionado.

Quero falar, como o Deputado Dr. Michel falou, que também estou de acordo com S.Exa., infelizmente, sobre o grande mal que recai neste País com o narcotráfico. Infelizmente só se prendem usuários de drogas, prendem-se os pequenos traficantes. Aquele grande traficante e, sobretudo, o financista que ganha dinheiro à custa do narcotráfico nunca são presos. É fundamental que esta Câmara reivindique também que a Justiça julgue esse traficante que foi o mandante do crime do Prof. Carlos Mota.

Muito obrigada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há um entendimento em todas as legislaturas, principalmente por parte dos Deputados de Oposição, de que, é claro, eles têm uma quantidade menor de emendas parlamentares muitas vezes executadas. Sabemos disso, até pelo jogo político, ninguém aqui é criança. Mas eu tenho preocupação, Sr. Presidente, com a forma de condução — aí eu sou muito franca, uso este plenário porque acho que é a única forma que realmente temos de expor as coisas — quando recebo do meu assessor parlamentar um recado de que as minhas emendas só serão desbloqueadas se eu falar com o Coordenador de Assuntos Legislativos, Willemann.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Eu tenho todo o respeito e apreço pelo Willemann, todo. Acho que ele é um profissional competente, está aqui há muitos anos e representa uma secretaria. Mas eu não tenho que falar com o Willemann, Sr. Presidente, porque eu não sou da base. E as minhas emendas são reivindicações da população. Então, basta falar que não vai executar, Sr. Presidente. Se eu tiver que trocar emenda por apoio na votação de projeto do governo, eu não vou votar. Vou votar aqui com a minha consciência. O que for positivo para Brasília, o que for bom para Brasília, irei votar.

Inclusive até foram colocados em questão três projetos, Sr. Presidente, que eu tenho para relatar e que são meus. São do governo, mas eu vou relatar. E vou relatar de acordo com a minha consciência. Se o governo não quiser liberar emendas, não vai liberar. O governo tem que entender que, quando ele libera emenda parlamentar, não é para a Deputada Celina Leão, não. É para a população. E muitas das minhas emendas, Sr. Presidente, a maioria delas, são pedidos dos administradores regionais, e estão todas bloqueadas. Quando andamos na cidade que tem buraco, com tudo quebrado, sem asfalto, o administrador nos pede, e recebemos um recado desse.

Então, eu deixo aqui a minha indignação. Não vou conversar, não vou pedir. Se eu achar que é importante executarmos para o Distrito Federal, sim; se não, sem dificuldade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer a minha questão de ordem, porque há três membros da CEOF aqui. Quando o Presidente dessa Comissão, o Deputado Agaciel Maia, fez o seu aparte, S.Exa., no meu entendimento – sou um cidadão mais simples, e a minha cabeça é mais lenta –, disse que as nossas emendas parlamentares poderiam ser muito maiores, mas como ele teve um entendimento na CEOF, uma grande negociação lá, elas foram até mais baixas um pouquinho.

Então, vou pedir ao Deputado e a toda a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que, neste ano, deixe-se usar o limite máximo. Temos condições de fazer, em vez de doze milhões, quinze ou dezesseis milhões. Que façamos os dezesseis milhões, porque é bem melhor termos um crédito para receber de uma empresa grande, como o GDF, e ele dizer que não vai executar as nossas emendas, a deixarmos um crédito que a população desconhece.

É muito importante mandarmos as emendas parlamentares para as administrações, secretarias etc. Isso é bom para que, de fato, os secretários possam executar essas emendas. Era só isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho, quero dizer que quem me conhece sabe que, em vários locais, tenho me pronunciando sobre o papel da Oposição em qualquer democracia e, nesse sentido, Deputada Celina Leão, eu, como Líder do Governo, durante aproximadamente um ano e meio, em momento nenhum chantageei V.Exa. para votar projetos do governo em troca de qualquer coisa.

Independentemente disso, Deputada Celina Leão – sei como V.Exa. tem votado, tem se posicionado –, hoje, inclusive, enquanto eu dava uma entrevista ao *Jornal da Comunidade*, referi-me aos Deputados da Oposição, que, muitas vezes, têm sido responsáveis para viabilizarmos sessões até mesmo de votação. Não fui monitorado por nenhum Deputado nem disse isso a pedido de ninguém. Foi a minha consciência que disse.

Por isso, nessa mesma postura que tenho tido, quero responder o seguinte à V.Exa.: o quadro que tenho disponível, Sr. Presidente e Deputada Celina Leão, mostra que houve uma solicitação da execução das suas emendas no montante de R\$ 6.870.000,00 (seis milhões oitocentos e setenta mil reais) e, até o mês de junho, foram executados R\$ 3.050.000,00 (três milhões e cinquenta mil reais). Se há um erro aqui, eu me disponho a investigá-lo. Essas são informações que vêm do quadro de execuções. Quero saber por que sim, por que não. Este é o quadro que tenho em mão, Deputada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é somente para responder à fala do Deputado Wasny de Roure.

Deputado Wasny de Roure, as minhas emendas que foram executadas até hoje somaram mais ou menos R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Haviam liberado o financeiro, mas ele foi bloqueado na semana passado. O valor estava disponível para o empenho, mas foi bloqueado. Então, o que foi empenhado, o que foi pago foram R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Estou com a tabela e vou passá-la para V.Exa.

A minha indignação, nobre Líder, foi essa. O próprio administrador me ligou dizendo: “Deputada, eu não vou fazer nada aqui. Peça ao Deputado Wasny de Roure para liberar!” E quando pedi ao Sandro que olhasse, ele falou com o Willemann, que disse que realmente havia sido bloqueado e eu teria de conversar com ele. Eu não vou conversar com o Willemann, Deputado Wasny de Roure. Com V.Exa. eu conversei, mas com o Willemann, não! Acho que é até uma questão de hierarquia.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Tenho a informação, Deputada Celina Leão, de que foram emendas liberadas, não necessariamente executadas. Estou à disposição para ajudar a construir soluções. Para cada um desses projetos, V.Exa. pode me acionar. Se não quiser acionar outra pessoa, estou à disposição.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando a fala da Deputada Celina Leão, quero dizer que sou da base do governo, mas também não troco o meu apoio ao governo por questão de emenda. Voto conforme a minha consciência e sempre agirei assim. A questão das emendas, elas são dadas aos Deputados. Se eu tiver que barganhar aqui a questão da emenda com o meu apoio ao governo, estarei fora. Tenho votado aqui conforme a minha consciência.

A questão da emenda é completamente diferente. É para que possamos ajudar a comunidade lá fora, naquilo em que o governo, porventura, não tenha visto ou não tenha feito com o Orçamento. Nós, aqui, colocamos para ser executado. Não sou Oposição, sou da Base, mas a questão das emendas não é para barganhar o meu apoio ao governo. O meu apoio é incondicional à questão das emendas. Quero deixar bem claro aqui que o meu apoio ao governo não tem nada a ver com a questão das emendas. O meu apoio ao governo é por acreditar nele e em um caminho.

Pelo que ficou dito aqui, parece que a questão das emendas tem alguma relação com o nosso apoio. Não tem nada a ver. Voto conforme a minha consciência. O meu voto não é baseado nas minhas emendas. Todos os votos por mim dados aqui foram baseados na minha consciência. Se vão liberar ou não as minhas emendas, isso não me interessa. Era essa a minha questão de ordem.

Quero ainda cumprimentar o amigo Deputado Washington Mesquita, que está aniversariando hoje. S.Exa. é um grande amigo que temos e eu o parabeno por esta data.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Associe-me a V.Exa. nesses cumprimentos.

DEPUTADO DR. MICHEL – Não podemos deixar de parabenizá-lo, porque S.Exa. é um grande parceiro, um grande amigo, que está sempre conosco nas votações.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, nesse assunto do Orçamento, em primeiro lugar, parabenizar o Deputado

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Agaciel Maia. S.Exa. chegou a esta Casa, assumiu a Presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa – havia uma coisa aqui malfeita, já há muito tempo, que era o Presidente e os Relatores da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Patrício, sempre colocarem valores acima dos de outros Parlamentares – e democratizou o Orçamento. Hoje S.Exa., como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, apresenta o mesmo valor de emendas que os demais Deputados.

V.Exa., Deputado Agaciel Maia, sabe que antes havia Deputado aqui que apresentava até cinquenta milhões de emendas, enquanto o outro Parlamentar... Aí, sim, ficava caracterizado como um parlamentar de quinta categoria, porque havia um de cinquenta milhões de emendas e outro de um milhão de reais. Outra coisa que precisa ficar clara é que a emenda não é do Parlamentar. A emenda é para atender a uma reivindicação, e o governo viabiliza a execução daquelas obras que estão indicadas pela comunidade.

Eu tive, Deputado Dr. Michel, a experiência de ser Deputado de Oposição e nunca uma emenda minha foi liberada. Nunca. Não tive uma única emenda liberada, mas isso não me impediu de votar os projetos que eu achava que tinham mérito e mereciam ser apoiados porque beneficiavam a comunidade. Sempre votei. O Willemann já estava na Câmara naquele tempo e trabalhava conosco na Liderança do Partido dos Trabalhadores, juntamente com a Wanderly. Ele sabe que, muitas vezes – é testemunha disto o Secretário José Flávio –, pediam-nos para garantir o *quorum* e nós garantíamos esse *quorum* desde que os projetos fossem, efetivamente, de interesse da comunidade.

Fazíamos disputa política, não fazíamos birra. Não se levantava falso testemunho. Não se inventavam coisas para prejudicar o governo. Fazíamos as coisas em cima de fundamentos. Portanto, o governo não liberar emenda, para mim, não é novidade nenhuma. Eu também não voto por causa de emenda liberada, Deputado Paulo Roriz. Não estou aqui por causa de emenda. Até porque nós, Deputado Aylton Gomes e outros, há uma coisa que é fundamental. O governo não quer liberar? Nós mobilizamos a população, e o governo faz, independentemente de emenda minha.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Eu quero entrar neste debate também e apresentar a minha visão sob determinados pontos. Primeiro, quero me somar ao que já foi dito pelo Deputado Dr. Michel e pelo Deputado Chico Vigilante, no sentido de que a questão da minha emenda também não tem nada a ver com o apoio ao governo. Deixo claro que não uso a emenda para barganha ou qualquer outra coisa do tipo. E digo mais: a minha emenda segue – acredito que o mesmo ocorre com a maioria dos Deputados aqui – o mesmo rito.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

É feito o pedido da comunidade. As minhas emendas também são feitas em virtude deste pedido da comunidade, como acredito que aconteça com a maioria esmagadora aqui. Então, não é essa a questão. São reivindicações da comunidade.

Quero colocar, Sr. Presidente, que o maior problema que eu vejo é a questão do acordo não cumprido. O Deputado Agaciel Maia colocou muito bem aqui – à frente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, da qual tenho a honra de ser Vice-Presidente – que foi costurado um acordo com o Planejamento, de redução, inclusive, do valor das emendas, em função do índice, em que pese que no ano anterior tenham sido sete milhões. Nós vivemos uma nova legislatura, um novo governo e foi aplicado o índice. Foi feito um acordo para doze milhões. Então, eu não consigo entender, Deputado Patrício, como é que se faz um acordo e, depois, na metodologia aplicada pela Secretaria de Planejamento, nós só vamos chegar à metade desse acordo, que é essa cota que foi colocada de 500 mil reais por mês.

Aí eu vou me permitir discordar aqui, de uma maneira muito fraterna, do Deputado Olair Francisco, que é um grande Deputado e defensor desta Casa. Deputado Olair, V.Exa. falou que o Deputado Agaciel Maia deu um desconto para o GDF e a gente poderia não dar esse desconto. Eu vou ser bem franco com o Deputado Patrício, com o Deputado Agaciel Maia e com todos, inclusive com o Willemann, com quem eu converso, sem nenhum problema, e de quem gosto muito. Não é nenhum problema, para mim, conversar com ele. Eu quero colocar o seguinte, Deputado Agaciel Maia: quem dera que o nosso Orçamento fosse impositivo, as nossas emendas. Infelizmente, não é, não é possível.

Contudo, eu discordo do Deputado Olair Francisco, porque não adianta a gente colocar quinze milhões e continuar com essas cotas, que vão chegar, no máximo, a seis milhões. Não adianta colocar dez, se o Planejamento for trabalhar da maneira que ele quiser e se só for liberar o que ele quiser. Então, é melhor que se coloque um valor menor, mas que o Deputado tenha certeza ou, pelo menos, uma probabilidade, uma certeza maior, para executar essas emendas. Assim, não gera uma frustração no Deputado e, principalmente, na comunidade, porque quando V.Exa. faz uma emenda, anuncia para a comunidade. E essa emenda tem uma dificuldade imensa. Então, Deputado Olair Francisco, não adianta colocar dez, doze, trinta milhões. Não importa o valor ou se vai aumentar esse valor. Importa é que ele seja executado. E aí a questão da execução da emenda.

Outro tema é o tratamento, que é o Deputado de primeira, de segunda e de terceira categoria. Não está só na questão das emendas, Deputado Olair Francisco. Infelizmente, está no tratamento que, muitas vezes, a gente recebe de secretários e do próprio governo. Porque nós temos base com b maiúsculo e b minúsculo. Não entre nós, mas no governo. Isso aí V.Exa. pode ter certeza.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só aproveitar a fala, os ânimos acirrados. Isso mostra que esta é uma Casa política, é uma Casa democrática e todo mundo tem direito, realmente, de apresentar o seu posicionamento. Eu gostaria de fazer uma ressalva e de lembrar que, hoje, nós temos um companheiro fazendo aniversário e de pedir a Deus por ele. Eu gostaria que a gente, no momento certo, pudesse parabenizá-lo, que é o nosso Deputado Washington Mesquita. Pedir a Deus que o ilumine e proteja.

Esta Casa é acirrada, tem seus ânimos, mas a gente tem, de vez em quando, que dar uma parada e ver que temos seres humanos, pais de família, homens, mulheres aqui. Os ânimos, Deputado Chico Vigilante, fazem parte da Casa política. Mas também faz parte a gente parabenizar um companheiro, que é um amigo. Eu pude conhecê-lo de perto agora. Fiz uma viagem agora, da Unale, com esse cidadão. Pude conhecer o homem honrado que é, o pai de família e o Parlamentar exemplar. Então, deixo aqui meu abraço. Parabéns! Que Deus o abençoe e que Nossa Senhora o ilumine. A V.Exa., que é realmente devoto da nossa Mãe querida, parabéns, mesmo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, é só para me somar às palavras do Deputado Aylton Gomes. Quero parabenizar V.Exa., Deputado Washington Mesquita, que é uma grande surpresa aqui para nós nesta Casa. Esse cara conciliador, esse cara do bem, esse cara que trabalha por Brasília. Sua chegada aqui agregou muito a esta Casa. Neste dia especial, eu queria lhe parabenizar. Que Deus ilumine sua trajetória e lhe dê muita luz e sabedoria para você fazer as escolhas certas para a sociedade que você representa.

Parabéns, meu amigo. Conte sempre comigo aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Eu quero agradecer ao Deputado Dr. Michel, Vice-Presidente da Casa, ao Deputado Cristiano Araújo, ao Deputado Prof. Israel Batista, ao Deputado Aylton Gomes, à Deputada Eliana Pedrosa e aos vários Parlamentares que me ligaram no dia de hoje. Isso para mim é motivo de muita alegria e felicidade. Eu espero que o Governador

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

ligue até meia-noite. Já são 16h30min e nem ele nem o Filippelli ligaram. Aliás, a secretária do Filippelli me ligou para dar os parabéns por ele. Eu falei: a minha moral é muito pequena. Um Parlamentar que faz parte de um movimento que reúne um milhão e meio de pessoas em Taguatinga e você ligar por uma assessoria, isso é um desprestígio muito grande. Com todo o respeito a ele, a quem eu tenho um carinho profundo. Eu quero agradecer as várias felicitações.

Eu só queria deixar registrado nos Anais desta Casa o meu agradecimento a Jesus Cristo, ao Deus da vida, ao dom da vida, à santa mãe de Deus, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, à minha esposa Eliane, ao meu filho Luiz Gustavo, à minha filha Ana Luiza e à minha linda e maravilhosa neta Maria Cecília, à minha família em geral, à minha mãe, Maria do Carmo Gil Mesquita, ao meu pai, que já partiu para a glória celeste, aos milhares de amigos que me ligaram no dia de hoje. Já são mais de quinhentas ligações no meu celular. E eu não consegui retornar as várias mensagens no meu celular e no Facebook.

Eu simplesmente cheguei à Câmara Legislativa porque o povo de Brasília assim o decidiu. O Movimento Pentecostes, que este ano reuniu um milhão e meio de pessoas decidiu, porque o meu amigo particular, o Padre Moacir Anastácio, Padre Francivaldo, Padre Geovani, Padre João Medeiros e mais de 2.700 famílias confiaram a mim essa missão e responsabilidade. O Deputado Rôney Nemer diz muito bem: nós estamos Parlamentares. Eu não sou Parlamentar. Eu estou aqui para representar o povo, fiscalizar o Executivo e diante do meu compromisso, das minhas ações, quero procurar trabalhar para o desenvolvimento de Brasília. Assim eu confio e assim eu acredito.

Então, eu quero agradecer as milhares de pessoas que me felicitaram neste dia. Mas eu quero agradecer a Jesus Cristo, porque se não fosse ele, eu não estaria aqui nem teria vida, o dom maior e precioso que nós todos podemos ter.

Com relação às palavras do Deputado Cristiano Araújo, do Deputado Dr. Michel, do Deputado Patrício, do Deputado Chico Vigilante e do Líder do Governo sobre emendas parlamentares, é triste. É a realidade pela qual nós estamos passando. Hoje eu tenho o comando de uma administração regional, de Taguatinga, onde eu moro há 27 anos. Indiquei o administrador e o Carlos Jales está neste momento, Deputado Chico Vigilante – com todo o respeito ao senhor, ao Governador Agnelo Queiroz, a quem com muita honra faço parte da base, confio, acredito e tenho lutado pelo êxito deste governo, porque o êxito deste governo é o êxito de Brasília, é a felicidade dos nossos filhos, das famílias e dos cidadãos em geral –, não dá para o administrador regional ficar com os braços cruzados. Não só o Administrador de Taguatinga, mas também os outros estão com os braços cruzados. O estacionamento da C1 foi executado e o Governador foi lá inaugurar através de uma emenda parlamentar do Deputado Washington Mesquita. O parquinho da QSA 3 – onde antes havia um beco, onde se reuniam marginais, traficantes e usuários de drogas, e onde hoje se reúne a família taguatinguense – foi executado por uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

emenda do Parlamentar Deputado Washington Mesquita. Então, esses recursos de doze milhões de reais não pertencem a mim nem a cada um de nós. Eles pertencem à sociedade. A sociedade assim o quis, assim nos escolheu como Parlamentares para que a gente pudesse destinar os investimentos.

Toda sexta-feira, Deputado Patrício, eu vou a Taguatinga, eu vou a Samambaia, a Ceilândia e às outras cidades do DF que me elegeram, para ouvir quais são as necessidades. Não dá para a gente acabar o primeiro semestre deste ano de 2012 com parte desses recursos contingenciados. Eu não vou nem dizer aqui em plenário quanto meu já foi liberado. Não é meu, é do povo. E não é só do povo também. É do governo de Brasília. Tudo que for feito em Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, as minhas principais bases, o Recanto das Emas também, é para que a gente possa trabalhar a imagem do Governador Agnelo Queiroz. E para dizer a Brasília que valeu a pena ter votado no Governador Agnelo Queiroz, que tem esse compromisso. Nós também como representante do povo estamos aí para cobrar, para ouvir e para executar.

Então, é muito triste a realidade que a gente está vivendo neste momento. Eu espero que o governo se sensibilize com essa questão, porque não adianta falar que tem doze milhões. Então diga que só tem um. Passe para um, como na Assembleia de Minas Gerais, para que a gente possa executar, e está resolvido o problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Washington Mesquita.

Estão encerados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem estive em visita ao Cajé. Eu queria chamar V.Exas. e trazer uma reflexão para todos vocês. Sei que temos aqui Parlamentares que representam regiões administrativas – como o Deputado Dr. Michel, como o próprio Deputado Cláudio Abrantes –, mas eu queria, nesta tarde de hoje, colocar algumas questões para V.Exas. sobre os direitos humanos, que é a comissão que a gente conduz.

Nós conseguimos, em um ano e cinco meses de trabalho – devagarzinho, aquele trabalho de formiguinha, porque acho que não somos a execução –, fazer a nossa parte como representantes realmente de uma comissão. Fizemos um trabalho dentro da Colmeia, dentro do PDF I, do PDF II. Mas temos debatido, e tenho acompanhado mesmo as sessões quando não estou aqui, sobre a questão do Cajé, Sr. Presidente. Nós temos uma situação no Cajé que está para explodir a qualquer

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

minuto. Eu não sei se V.Exas. tiveram a oportunidade, eu queria aproveitar e convidar V.Exas., é algo que poderíamos fazer juntos, toda a Câmara, porque é algo positivo o que o governo está fazendo de remover o Cajé. Aquilo vem se arrastando há anos. Naquela situação em que está, o modo como os internos ficam lá dentro, é humanamente impossível ressocializar qualquer adolescente, qualquer menor infrator.

Ontem eu tive o cuidado de ir pessoalmente ao Cajé. Eu convidei a vigilância sanitária para ver a questão do surto de tuberculose. Eu quero trazer aqui que está controlado. A vigilância sanitária foi conosco. Tive um contato hoje com a Secretária Rejane Pitanga, que tem feito um trabalho... Eu gosto da Rejane como pessoa, é uma pessoa exemplar, é uma mulher que trabalha muito, tem avançado a secretaria.

Eu queria trazer uma reflexão para vocês. A construção do Cajé precisa ser iniciada imediatamente. Eu sei que vários Parlamentares não querem a construção em suas regiões, mas ela tem que acontecer. Quem vê e visita as dependências do Cajé sabe que é algo emergencial. Acho legítimo que cada Parlamentar defenda a sua região, mas o governo vai tomar a decisão e vai colocar em algum lugar. E não podemos, Sr. Presidente... Foi por isso que eu disse na última fala sobre o Cajé, vários Parlamentares falaram, e têm que falar mesmo, pois são representantes das regiões de vocês, mas isso não pode se estender por muito tempo porque é emergencial. O Governo do Distrito Federal conseguiu mais um prazo, porque, em cima de uma ação do Ministério Público, a Justiça já tinha mandado fechar o Cajé.

Quem vê o dia a dia lá dentro! Nós falamos de menores infratores, mas temos celas com quinze, vinte adolescentes, Sr. Presidente, em que o colchão está dentro do banheiro. E aí, existe uma visão muito errada da sociedade. Eu agradeço muito a Deus pela oportunidade de estar nessa comissão e poder ver as coisas de uma forma diferente. Ninguém pode pagar pena duas vezes. Se o Estado está pagando alimentação, funcionários, tudo para uma medida socioeducativa, essa medida tem que ser socioeducativa, ela não pode ser punitiva. E isso não acontece! Hoje, no molde que está, no formato que está, não ressocializa.

Eu acho que é importante vencermos essa etapa do debate, ela tem que acontecer, é claro, a gente entende, mas tem que ser rápida, Sr. Presidente. Foi por isso que falei que a comissão geral que for decidir isso tem que acontecer com rapidez. É preciso que os Parlamentares que forem vencidos – porque em alguma região vai acontecer – entendam que isso é urgente, que vai para algum lugar, porque é algo que está se protelando há anos e precisa de uma solução emergencial.

Olha, o trabalho que dá para controlar um caso de tuberculose, como houve lá no Cajé, quero parabenizar a condução também do Cajé. Nós temos um trabalho, apesar de ser da Oposição, apartidário na comissão, e eu sou bem-vinda em todos os presídios de Brasília, Deputado Wasny de Roure. Todos os diretores dos presídios sabem que, quando nós estamos indo ao presídio, Sr. Presidente, não vamos só

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

fiscalizar os direitos humanos, isso é o básico. Nós queremos saber quais são as dificuldades. Coloquei recursos para reformarmos o refeitório, para que as mulheres pudessem produzir a refeição, pois vai diminuir recursos do Estado e vai ficar mais barato. Estamos conseguindo, com a iniciativa privada, reformar as entradas e diminuir aquela fila. Nós temos trabalhado!

E faço um apelo aos Parlamentares que estão com a iminência do Cajé ir para a região de vocês. A gente sabe que é difícil, que vocês têm que representar, mas essa etapa precisa ser vencida, porque o Cajé tem que ir para algum lugar. Não tem condições de ficar da forma que está! Então, eu faço esse apelo e peço agilidade ao Sr. Presidente para que marque rapidamente. Fiz esse compromisso também em nome da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, hoje, com a Secretária Rejane Pitanga, e faço este pronunciamento nesse sentido esta tarde.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui me solidarizar com a Deputada Celina Leão. Acho que S.Exa. tem toda a razão quando se fala em Cajé. Eu já tenho feito vários pronunciamentos aqui nesta Casa a respeito. Eu acho que ele tem que ir para algum lugar, mas, antes de ele ir para algum lugar, tem que haver um debate, porque a comunidade não pode receber um Cajé num lugar por imposição de algumas pessoas. Colocar o Cajé em qualquer lugar, sem falar com a comunidade, sem ouvir a comunidade, é uma imposição, é colocar goela abaixo da comunidade.

Lá em Sobradinho, por exemplo, queriam colocar o Cajé em frente ao restaurante comunitário. É brincadeira! É brincadeira o que queriam fazer. O Cajé tem que ir para Sobradinho II? Claro que tem, até pela questão da proximidade, porque o próprio ECA, Lei nº 8.069, diz que cada município tem que ter o local para colocar os seus infratores. Então, não seria Sobradinho I e Sobradinho II que não deveriam ter, assim como todas as outras cidades têm que ter. E um governo do novo caminho não pode deixar de ter o seu Cajé, não seria o Governador Agnelo que iria deixar de construir.

Agora, V.Exa. foi muito feliz quando está chamando uma audiência pública para discutir o Cajé. Não só o Cajé, mas a localização, onde vai ser colocado o Cajé. E é este o meu pedido: onde vamos colocá-lo? Que tem que colocar em Santa Maria? Tem! Mas ao lado de uma entidade cristã onde a coisa está dando certo? É um absurdo! É o maior absurdo!

Igual aos lixões. Tem que se colocar lixão! Tem que se colocar lixão em Sobradinho, tem que se colocar lixão em Santa Maria, tem que se colocar lixão em cada lugar. Agora, não se pode colocar um lixão no centro da cidade! Tem que conversar com a comunidade. Eu acho que, se é um governo democrático, se é um

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

governo democrático e popular, tem que chamar a comunidade para a discussão, para que a comunidade diga: “Nós queremos o Cajé, mas não o queremos no centro da cidade”.

Por exemplo, em Sobradinho tem uma área lá na DF-440 que já tem um depósito da Polícia Civil, onde V.Exa. sabe que tem a chácara da Polícia Militar, são mais de 200 hectares da Polícia Militar. Ali abrange tanto o Paranoá, quanto Sobradinho I e Sobradinho II. Um lugar de fácil acesso e onde a comunidade é bem atendida. Por que não colocar ali? Por que colocar do lado do comunitário? Indo daqui para Santa Maria, o que tem de terra daqui para lá dá para colocar não só um, não. Dá para colocar dez Cajés! Por que colocar do lado da instituição Irmã Maria? É essa a discussão que trago.

A Deputada Celina Leão, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, tem toda a razão. Precisa se fazer um local para recuperar esses jovens delinquentes, que muitas vezes não têm nem culpa de estarem nessa situação, como bem disse o Deputado Agaciel Maia em sua fala de ontem. Agora, tem que haver uma discussão com a sociedade de onde colocar. Perguntem ao meu amigo Deputado Cláudio Abrantes, lá de Planaltina. Queriam colocar o Cajé no Buriti IV, ao lado das residências! Do lado, colado nas residências do Buriti IV. Espera aí, pelo amor de Deus!

Aqui, pelo menos acho que nós, enquanto Deputados representantes da comunidade, temos que trazer as demandas da comunidade. E a demanda da comunidade, hoje, pelo menos onde eu moro, não é pela não colocação do Cajé, e sim pela não colocação naquela localidade em que querem colocar, em frente ao restaurante comunitário e ao lado das residências. Aí é brincadeira. Aí, me desculpem, nem Jesus aguenta. Jesus já vai querer fazer uso da palavra, mas daqui a pouco S.Exa. fala.

V.Exa. vai solicitar uma audiência pública. Penso que, se V.Exa. antecipá-la para que ocorra o mais rápido possível — pois já a assinamos, acho que ela será realizada em agosto —, para que a realizemos e para que discutamos o assunto o mais rápido possível, isso seria bem-vindo. Inclusive, as licitações já estão saindo, e não se deve atrasar a construção do Cajé, que tem de ir para algum lugar. Mas que não seja para esses locais que estão sendo escolhidos, como ao lado da Instituição Irmã Maria. Mais uma vez convido os meus pares para visitarmos essa instituição. A Deputada Liliane Roriz está chegando e, antes que vocês falem que eu só fico chamando e não vamos lá, assim que S.Exa. chegar, eu vou junto com ela coordenar essa nossa visita.

Eu queria dizer com esse pronunciamento que o Cajé tem de ir para uma dessas cidades, mas que o povo decida qual o local, e que não se coloque goela abaixo, assim como estão fazendo com a ciclovia no Paranoá, que estão colocando

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

bem no centro, rasgando de fora a fora o centro do Paranoá, e o povo não foi ouvido. Vocês vão ver o chabu que aquilo vai dar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, que Jesus realmente abençoe esta Casa. Solicito uma questão de ordem. Peço a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 329, de 2011, de nossa autoria, que já tem a tramitação concluída. Gostaríamos que ele estivesse na Ordem do Dia, pois é um projeto muito interessante para a comunidade rural do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, peço também a inclusão na pauta do Requerimento nº 1.595, que trata da realização de uma audiência pública para o próximo dia 25. Precisamos aprovar esse requerimento com vistas a esta audiência pública.

Era só isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, literalmente foi uma questão de ordem.

Eu quero dialogar com a fala da Deputada Celina Leão, que foi extremamente oportuna nesta tarde. O Cajé existe há quantos anos no Distrito Federal, naquele local ali na Asa Norte? Quem tem conhecimento de algum transtorno que os adolescentes com restrição de liberdade tenham imputado à população que mora na Asa Norte? Nunca houve. É claro que as pessoas não querem perto de si albergues e unidades de internação de adolescentes, porque sempre acham que aquilo ali vai trazer transtornos. Precisamos entender que aquele Cajé, assim como o albergue do Areal, está absolutamente fora das novas normas vigentes neste País, tanto de política de assistência social, no caso dos albergues, quanto do ECA e do SINASE — Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para as unidades de internação de adolescentes. Por isso, o Governo do Distrito Federal quer justamente cumprir o que está no ECA e o que está no Sinase. Para isso conseguiu recursos da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, com a contrapartida nossa, para construção de cinco novas unidades, uma das quais uma unidade feminina.

Precisamos mais do que isso, pois necessitamos implantar em Brasília o Núcleo de Atendimento Integral, que permitirá a agilização do atendimento da Polícia Civil, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Assistência Social no mesmo espaço. Um dos graves problemas que há no Cajé hoje é que ele tem capacidade para 160 adolescentes, mas há mais de 400. Isso é um absurdo, isso é inaceitável, sobretudo na Capital da República. Por isso, precisamos construir as cinco unidades e precisamos do Núcleo de Atendimento Integral, porque quando o menino ou a menina sair de lá para uma unidade de internação, ele já sairá com parecer da Justiça.

O que há hoje é uma quantidade grande de meninos naquele Cajé que ainda não foram apenados, não foram julgados pela Justiça, e estão no mesmo ambiente. Portanto, se a Justiça fosse ágil, não precisariam estar no Cajé, hoje, quase 120 meninos. Então, eu gostaria de dizer a vocês o seguinte. Primeiro, é justo que os Deputados, em defesa de sua base eleitoral, façam restrições à implantação do Cajé, mas vamos ter um compromisso público aqui de defender que o mais rapidamente possível essas unidades sejam construídas para tirarmos essa situação absurda que existe hoje no Distrito Federal: uma unidade de internação que não cumpre o seu papel socioeducativo, que é um presídio de menores. Essa situação precisa ser superada no nosso Distrito Federal.

Portanto, eu quero dizer, Deputada Celina Leão, que eu comungo com V.Exa., com seu discurso. E até digo que sua visita ontem constatou aquilo que já tínhamos falado aqui na Casa também: que não existe um surto de tuberculose no Cajé, existe um caso e existem cuidados da Secretaria de Estado de Saúde para que esse caso não venha contaminar outras pessoas daquele complexo.

Muito obrigada.

DEPUTADO PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até agradeço. Geralmente eu venho à tribuna, eu sei que o Parlamento, a tribuna é local de falar, mas falar a todo momento não é do meu feitio. Eu pretendo falar em momentos oportunos e sobre assuntos que mereçam interesse.

A Deputada Celina Leão e a Deputada Arlete Sampaio trouxeram hoje à baila o assunto do Cajé. Eu agradeço por terem trazido esse assunto que é importante para o Distrito Federal, importante para a sociedade, mas também gostaria de lembrar o nosso Governador e todos os órgãos competentes que quanto mais Cajés tivermos que construir... Isso é importante, mas nós também temos que tomar o cuidado de não apenas querer instalar esses Cajés, mas mostrar o que temos que fazer pela nossa juventude.

A prevenção é importante para não acontecer o que tem acontecido. Quando o jovem não está dentro do Cajé, uma vez apenado, ele está, infelizmente, debaixo de sete palmos de terra. Por exemplo, hoje estive no enterro de um jovem de 19 anos que foi assassinado com seis tiros. Isso aconteceu na segunda-feira à noite.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Enquanto nós estivermos preocupados somente em construir e não tivermos preocupação com a prevenção, não vai adiantar só levantar Cajes, mas teremos que discutir também a construção de mais cemitérios. Não se deve só construir Caje; é preciso fazer o trabalho de prevenção nas escolas, nas comunidades. Nesse ponto entra o que já foi debatido aqui anteriormente sobre as emendas parlamentares, porque muitas delas são para incentivar o esporte, muitas delas são para incentivar o combate às drogas. Então, é importante isso também.

Sr. Presidente, vou encerrar, porque não sou muito de falar, sou mais de agir. Quando eu venho até esta tribuna, não é apenas para falar, mas para mostrar as ações que o Governo do Distrito Federal tem que fazer e que os nossos Parlamentares estão realizando aqui.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Evandro Garla. V.Exa. foi proeminente como sempre. V.Exa. não só fala. Na verdade, V.Exa. vem divulgar o trabalho que faz e defender as ideias que tem. V.Exa. não chegou aqui por acaso. É jovem, tem futuro, tem dinamismo na política e, com certeza, vai alçar voos maiores. Com a consciência que tem, com o caráter que tem, com certeza Brasília só tende a ganhar com isso.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar, mas o pronunciamento do Deputado Evandro Garla foi tão preciso, na minha opinião, dentro do tempo, dentro do Regimento, que eu vou considerá-lo como meu, no sentido do trabalho de prevenção que é necessário para a nossa juventude, seja no esporte, seja na cultura. Eu me torno até chato em vir a esta tribuna pedir espaço público de cultura e de esporte no Distrito Federal, mas é o trabalho de prevenção que a gente espera que aconteça.

Quem dera, Deputada Arlete Sampaio, que no ECA também se criasse a obrigatoriedade de uma casa de cultura nas cidades, a obrigatoriedade de espaços públicos de esporte, de trabalho de qualificação. Infelizmente foi colocada a questão da punição, mas não esse trabalho de prevenção.

Então, Sr. Presidente, só para dizer que a minha inscrição no dia de hoje não precisa ser efetivada porque não farei uso da palavra. Eu me somo ao pronunciamento do Deputado Evandro Garla.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro, eu gostaria de fazer um apelo: que nós, nesta Casa, cumpríssemos o Regimento. Chegássemos na hora, começássemos os nossos discursos, que são de suma importância, as falas. Eu vi hoje, no decorrer de todas as falas, a importância da fala de cada Parlamentar, mas também seria importante que nós cumpríssemos o Regimento para que, no adiantar da hora, não tivéssemos um plenário esvaziado e não cumpríssemos com a nossa obrigação, que é também votar os nossos projetos. Isso não tem acontecido.

Tenho visto a luta do nosso Líder de Governo, e, muitas vezes, isso é impossível porque cada um de nós, que estamos aqui para fazer leis e fazer com que elas sejam cumpridas, passa a não cumprir a própria lei desta Casa, que é o Regimento Interno.

Eu queria também parabenizar pela fala o nobre Deputado Evandro Garla, que também me contempla. Temos de começar muito mais cedo nessa prevenção, no atendimento à criança de zero a seis anos com as creches, com a educação, para que não tenhamos no futuro de gastar tanto dinheiro quanto se gasta com as medidas protetivas. Temos que gastar realmente na prevenção e principalmente na educação, na formação das nossas crianças na sua mais tenra idade, para que elas sejam bons pais e boas mães, para que não produzam no futuro, pelo abandono — e continua aqui, reitero a minha fala anterior —, pelo abandono do Estado e da sociedade, para que nós não tenhamos que estar já no século XXI discutindo, com o coração muito doído — porque para mim dói discutir a questão dos Cajés —, medidas que nós não gostaríamos que fossem discutidas, e sim estejamos aqui discutindo o avanço e a atenção que temos dado aos nossos meninos, às nossas meninas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Como mais nenhum Parlamentar quer fazer uso da palavra, solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de quorum.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA ___/___/2012 HORÁRIO: ___:___

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2011/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC	X		
ARLETE SAMPAIO	PT	X		
AYLTON GOMES	PR	X		
BENEDITO DOMINGOS	PP			
CELINA LEÃO	PSD	X		
CHICO LEITE	PT	X		
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X		
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X		
DR. MICHEL	PSL	X		
ELIANA PEDROSA	PSD		X	
EVANDRO GARLA	PRB	X		
JOE VALLE	PSB		X	
LILIANE RORIZ	PSD			
LUZIA DE PAULA	PPS	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PAULO RORIZ	DEM		X	
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT			
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X	
RÔNEY NEMER	PMDB	X		
WASHINGTON MESQUITA	PSD		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
SIQUEIRA CAMPOS	PSC		X	
PATRÍCIO	PT	X		
TOTAL		15		

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Estão presentes 14 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Comunicado da Presidência.

Em virtude da aprovação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça em data anterior à aprovação do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na forma das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 906, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a colaboração de interesse público do Distrito Federal com entidades religiosas prevista no art. 18, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal”, solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Aylton Gomes, que profira parecer sobre a Emenda nº 01, aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças na forma da Subemenda nº 4.”

É uma correção: o projeto foi votado na CCJ e, depois, foram apresentadas emendas na CEOF. E aí não foi avaliada a constitucionalidade das emendas apresentadas, o que é um erro da Comissão, inclusive. Por isso, está sendo feita a correção aqui em Plenário.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Subemenda nº 4, apresentada pelo Relator da CEOF, ao Projeto de Lei nº 906, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a colaboração de interesse público do Distrito Federal com entidades religiosas prevista no art. 18, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Após análise, o parecer desta Comissão é pela constitucionalidade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Por fim, ratifico a votação do projeto em primeiro e segundo turnos, bem como a redação final proferida na sessão de 19 de junho de 2012.

Item nº 4:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 485, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 13.897.124,00 (treze milhões oitocentos e noventa e sete mil, cento e vinte e quatro reais)”.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes para proferir relatório pela Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial à parte dos anexos referentes às Emendas nºs 5, 20, 24, 30, 32, 45 e 55 do projeto de lei.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	45



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 485, 2011
FIS. nº 899

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO PARCIAL** oposto ao Projeto de Lei nº 485/11, que *abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 13.897.124,00 (treze milhões oitocentos e noventa e sete mil cento e vinte e quatro reais).*

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~ *Aylton Gomes*

Pela Mensagem nº 285/2011-GAG (fls. 730/732), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 485, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 13.897.124,00 (treze milhões oitocentos e noventa e sete mil cento e vinte e quatro reais).

O Projeto foi aprovado com diversas emendas. Após as modificações e a formulação de uma errata, a redação final ficou na forma acostada às fls. 622/646.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial, especificamente quanto ao conteúdo das emendas parlamentares de n.ºs 5, 20, 24, 30, 32, 45 e 55.

A emenda de nº 5, de autoria do Deputado Benício Tavares, pretendia remanejar recursos de diversos Programas de Trabalho. Entretanto, conforme

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

2

alegado na Mensagem, teria indicado algumas fontes de cancelamento com saldo insuficiente, o que motivou veto parcial correspondente a esses valores.

A emenda de plenário nº 20, da Deputada Eliana Pedrosa, tinha por objetivo remanejar recursos do Programa de Trabalho "Implantação do Projeto Teatrando nas Escolas", constante na Unidade Orçamentária 16101. Porém, segundo o Chefe do Executivo, não havia saldo orçamentário suficiente no subtítulo indicado para cancelamento, razão de seu veto.

Situação semelhante se deu com a emenda de plenário nº 24, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que teria indicado como fonte de cancelamento subtítulo sem saldo financeiro suficiente.

A emenda de plenário n.º 30, de autoria do Deputado Wellington Luiz, pretendia remanejar recursos do programa Apoio ao Evento Festival de Verão de Samambaia promovido pela ACMAP. Todavia, segundo alegado na mensagem, o programa não constaria da Unidade Orçamentária indicada, razão de seu veto.

A emenda de plenário nº 32, da autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, tinha por objetivo remanejar recursos do Programa de Trabalho "Apoio às Atividades da Associação Comunitária de Comunicação do Gama", constante na Unidade Orçamentária 11104. Porém, segundo o Chefe do Executivo, não havia saldo orçamentário suficiente no subtítulo indicado para cancelamento, motivo de seu veto.

O mesmo ocorreu com a emenda de plenário nº 45, de autoria da Liderança do PT/PRB, que objetivava remanejamento de recursos de diversos Programas de Trabalho constantes das Unidades Orçamentárias 18101 e 44101 e que teria indicado como fonte de cancelamento subtítulo sem saldo financeiro suficiente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 485 / 2011
FB nº 900

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

3

Por fim, situação idêntica se deu com a emenda de plenário nº 55, de autoria do Deputado Washington Mesquita, que buscava remanejar recurso de Programa de Trabalho constante da Unidade Orçamentária 11105 e que teria indicado como fonte de cancelamento subtítulo sem saldo financeiro suficiente.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente



DEPUTADO CHICO LEITE

Relator



RELATOR ADJTO
Dep. Aylton Gomes

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da CCJ é pela admissibilidade.

Consulto os Líderes se há acordo para votar em bloco o veto parcial à parte dos anexos referente às Emendas nºs 5, 20, 24, 30, 32, 45 e 55.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria já é vencida, trata-se do orçamento do ano 2011, faço um apelo aos Deputados para que votemos conjuntamente, mantendo o veto a todas as emendas que foram alvo de apreciação pelo Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O acordo, então, é pela manutenção em função de a matéria já ser vencida.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/06/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): *favor dos Anexos referentes às emendas n.ºs 05, 20, 24, 30, 32, 45 e 55*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) *485/11*

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): *Ayilton Gomes*

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		13			11		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ Nº _____ / _____
SECRETÁRIO DEP. *CRISTIANO ARAÚJO* Fls.º _____

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO			

CONSOLIDADO POR *Maite* 1384 ASSP/ _____ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto parcial à parte dos anexos referentes às Emendas nºs 5, 20, 24, 30, 32, 45 e 55 do Projeto de Lei nº 485, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 6:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 627, de 2011, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)”.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial à parte dos Anexos I, II, III e IV referente às Emendas nºs 2, 6, 17, 18, 42, 66, 70, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 105 e 107 do projeto de lei.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	51



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 627, 2011
Fls. nº 630, §
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 627/11, que *abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 190.000, 00 (cento e noventa mil reais).*

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~

Ayilton Gomes

Pela Mensagem nº 357/2011-GAG (fls. 434/440), o Chefe do Poder Executivo em exercício comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 627, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 190.000, 00(cento e noventa mil reais).

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu 129 emendas aditivas de parlamentares, todas aprovadas. Após as modificações, a redação final ficou na forma acostada às fls. 196/279.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

2

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial, especificamente quanto ao conteúdo das emendas parlamentares de números 2, 6, 17, 18, 42, 66, 70, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 105 e 107.

A emenda aditiva nº 02, do Deputado Chico Leite, pretendia remanejar recursos para o programa "Apoio às atividades promovidas pela AJAX – Associação Recreativa Desportiva de São Sebastião", a ser criada na UO 11.116. Entretanto, segundo a mensagem, o veto se deu em razão de insuficiência de saldo para cancelamento no Programa de Trabalho indicado para suportar a anulação.

A emenda aditiva de Plenário nº 6, proposta pelo Deputado Patrício, a fim de remanejar recursos para o programa de trabalho "Apoio à 1ª Feira de Economia Solidária de Brasília", a ser criada na UO 20.101, foi vetada pela alegada inexistência do programa de trabalho "Aquisição de livros para a rede de bibliotecas públicas", indicado entre as fontes de cancelamento.

A emenda aditiva de Plenário nº 18, de autoria da Liderança PT/PRB remanejava recursos para os programas de trabalho "Apoio aos projetos culturais desenvolvidos pela Associação Artística MAPATI e "Apoio aos projetos culturais desenvolvidos pelo Centro de Educação Popular de São Sebastião". Todavia, conforme alegado pelo Chefe do Executivo, dos programas indicados para cancelamento, seria inexistente o código 13.392.1300.2007.4550, razão do veto parcial no montante correspondente a esse programa.

A emenda aditiva nº 42, do Deputado Wasny de Roure, que pretendia remanejar recursos para "Reforma do Hospital Regional de Sobradinho" foi vetada sob a alegação de inexistência de saldo em todos os Programas de Trabalho indicados como fonte de cancelamento, em razão de utilização desses saldos para atender à Emenda Aditiva nº 08, do mesmo autor, que tinha como objetivo suplementar o mesmo subtítulo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 627, 2011
Fls. nº 631

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

3

A emenda nº 66, do Deputado Wellington Luiz, que buscava complementar a "Implantação de Sistema de Abastecimento de Água nos trechos 2 e 3 do Núcleo Rural Boa Esperança", a ser criada na UO 22.202 (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB), foi vetada sob a justificativa de que não poderiam ser transferidos recursos do orçamento fiscal para o orçamento de investimento de empresas estatais com fins lucrativos.

As emendas nº 70 e 94, de autoria do Deputado Israel Batista, objetivavam complementar a dotação para "Manutenção dos serviços administrativos gerais da Secretaria de Estado de Trabalho". Foram vetadas sob a alegação de que, no programa de trabalho apontado para cancelamento, não haveria mais saldo dentro da natureza de despesa indicada (33.90.39), tendo sido os valores anteriormente transferidos para a natureza 33.50.39.

As emendas nº 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97 e 98, todas do Deputado Israel Batista, objetivavam complementar diversos programas de trabalho relacionados à promoção da cultura nas Regiões Administrativas do Distrito Federal. Seus vetos, segundo alega a Mensagem, se devem ao fato de que as alterações teriam indicado como fonte de cancelamento a Reserva de Contingência, em que não há mais saldo para atendimento aos pleitos.

A emenda nº 105, do Deputado Joe Valle buscava complementar vários programas de trabalho. Entre eles, o programa "Abastecimento de Água", localizado na UO 22.202 (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB). Segundo a Mensagem, o veto a essa parte da emenda se deveu à impossibilidade de transferência de recursos do orçamento fiscal para orçamento de investimento de empresas estatais com fins lucrativos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

4

Por último, a emenda nº 107, também de autoria do Deputado Joe Valle, que visava remanejar recursos para o Programa de Trabalho "Apoio à transferência de tecnologias e prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para produtores do DF e RIDE", foi vetada, conforme alega o Chefe do Executivo, por insuficiência de saldo na natureza de despesa indicada para cancelamento.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

Dep. Aylton Gomes
Relator

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência consulta os Líderes se há acordo para votar em bloco o veto parcial à parte dos Anexos I, II, III e IV referente às Emendas nºs 2, 6, 17, 18, 42, 66, 70, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 105 e 107 do projeto de lei (Pausa.)

Havendo acordo, passa-se à apreciação dos vetos parciais.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	56



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/06/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AD(S): *Par 4 do Anexo I, II, III e IV referente às emendas nºs 2, 6, 12, 18, 42, 66, 70, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 107 e 107*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) *627/11*

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): *Ayilton Gomes*

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		13			11		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. *CRISTIANO ARAÚJO* ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR *Ayilton* ASSP/ Nº 1
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto parcial à parte dos Anexos I, II, III e IV referente às Emendas nºs 2, 6, 17, 18, 42, 66, 70, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 105 e 107 do projeto de lei.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 7:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 10, de 2007, do Deputado Dr. Charles, que “torna obrigatória a presença de nutricionista em cada diretoria regional de ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	58



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DL nº 10, 2007
Fls. nº 92
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 10/2007, que "torna obrigatória a presença de nutricionista em cada diretoria regional de ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal".

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~ *Aylton Gomes*

Pela Mensagem nº 372/2011-GAG (fls. 17/18), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 10, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que "torna obrigatória a presença de nutricionista em cada diretoria regional de ensino da Secretaria De Educação Do Distrito Federal".

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo próprio autor da proposição, ficando sua redação final conforme fl. 13.

Remetido ao Governador, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento de que a matéria tratada seria de iniciativa privativa do Poder Executivo, por versar sobre organização e funcionamento de órgãos daquele Poder. Acrescentou que medidas como a sugerida, que acarretem despesa de caráter continuado, não poderiam ser tomadas sem avaliação precisa do impacto orçamentário e financeiro, sob pena de contrariedade à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alegou, por fim, que a Lei Federal 11.947/2009 incumbe a nutricionistas a responsabilidade técnica pela alimentação no âmbito do programa de alimentação escolar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

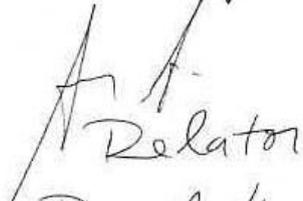
2

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente


DEPUTADO CHICO LEITE
Relator


Relator
Dep. Aylton Gouveia

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	61



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20,06/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 10/07

Autor: Deputado(a): De Chalcs Executivo

Relator: Deputado(a): Aylton Gomes

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL					10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. _____ ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Mauro 1384 ASSINATURA MAT. ASSP/ Nº 1 FOLHA Nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto ao Projeto de Lei nº 10, de 2007.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 8:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 62, de 2007, do Deputado Dr. Charles, que “obriga os *shopping centers* e estabelecimentos similares, em todo o Distrito Federal, a fornecer cadeiras de rodas para pessoas portadoras de deficiência e para idosos”.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	63



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Pl. nº 62, 2007
Fls. nº 35
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 62/2007, que "obriga os *shopping centers* e estabelecimentos similares, em todo o Distrito Federal, a fornecer cadeiras de rodas para pessoas portadoras de deficiência e para idosos".

Relator: ~~Deputado Chico Leite~~ Aylton Basso

Pela Mensagem nº 374/2011-GAG (fls. 32/33), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 62, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que "obriga os shopping centers e estabelecimentos similares, em todo o Distrito Federal, a fornecer cadeiras de rodas para pessoas portadoras de deficiência e para idosos".

A proposição tramitou em conjunto com os Projetos de Lei 245/2007 e 591/2007, apresentados, respectivamente, pelos Deputados Benício Tavares e Bispo Renato. O texto final, derivado de substitutivo, ficou conforme fl. 28.

Remetido ao Governador, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento de que se trataria de matéria de direito civil, de competência legislativa privativa da União.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

Relator.
Dep.
Aylton Basso

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	65



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20 / 06 / 2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 62/07

Autor: Deputado(a): Dr. Charles Executivo

Relator: Deputado(a): Aylton Gomes

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNÝ DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		14			10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ Nº _____ / _____
SECRETÁRIO DEP. CRISTIANO ARAÚJO Fls.º _____

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO			

CONSOLIDADO POR _____ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto ao Projeto de Lei nº 62, de 2007.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz há pouco uma solicitação acerca de um requerimento para uma audiência pública na segunda-feira. Eu gostaria que, tão logo fosse possível, visto que estamos no limite de *quorum*, fosse colocado em votação, porque é para uma audiência pública na próxima segunda-feira e, como V.Exa. sabe, amanhã será comissão geral e não haverá possibilidade de votação. Então, gostaria de mais uma vez fazer essa solicitação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. Nós vamos votar os vetos e, em seguida, vamos apreciá-lo.

Item nº 9:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 325, de 2007, do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a imunização de mulheres, na faixa etária de 9 a 26 anos, com a vacina contra o Papilomavírus Humano (HPV), na rede pública de saúde do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	67



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 325 2007

Fls. nº 27

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 325/2007, que “dispõe sobre a imunização de mulheres, na faixa etária de 9 a 26 anos, com a vacina contra o papilomavírus humano (HPV), na rede pública de saúde do Distrito Federal”.

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~

Olair Francisco

Pela Mensagem nº 371/2011-GAG (fls. 24/25), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 325, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a imunização de mulheres, na faixa etária de 9 a 26 anos, com a vacina contra o papilomavírus humano (HPV), na rede pública de saúde do Distrito Federal”.

A proposição foi aprovada na forma de substitutivo, ficando sua redação final conforme fl. 19.

Remetido ao Governador, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento de que, além da falta de amparo técnico para se adotar a vacina na rede pública de saúde, haveria lei federal atribuindo ao Ministério da Saúde competência para incorporação, exclusão e alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, o que impediria, portanto, o tema de ser disposto em lei distrital.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Olair Francisco

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para registrar, na realidade o que vale é a intenção do Deputado Benício Tavares, mas a matéria não foi regulamentada pelo Ministério da Saúde. Consequentemente, o SUS não tem como aplicar isso, além de a matéria ser de dispêndio. Então, esse é o motivo principal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria dar uma opinião. O Distrito Federal acaba, com um veto desse, com uma matéria de suma importância principalmente para as mulheres. Eu fiz um projeto também sobre isso. Com falta de recursos, etc., também fizemos em uma esfera que foi considerada inconstitucional, e não se deu procedimento.

Este é um tema que o Governo do Distrito Federal tem que adotar e arrumar recursos, não dependendo do Governo Federal ou do SUS para aplicar. Nós tínhamos que arrumar verbas nos recursos do Orçamento do Distrito Federal para fazer, para arrumar uma etapa para pessoas de 12 a 18 anos e aplicarmos essa vacina, porque isso é de suma importância. Ainda mais para V.Exa. que está aqui, Deputada Arlete Sampaio, que é médica e sabe da importância desse tema.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Só para informação, o papilomavírus, o HPV, é o precedente ao câncer de colo de útero. Portanto, a vacinação seria extremamente importante, é uma reivindicação das mulheres em todas as suas conferências da Secretaria da Mulher.

Entretanto, eu estou de acordo com o veto. Porque não adianta nós, Deputados, fazermos um projeto de lei para impor ao Executivo uma medida que ele não pode ainda tomar. É uma vacina extremamente cara, por isso não foi ainda regulamentada pelo Ministério da Saúde, mas o Governador Agnelo Queiroz, como médico, já nos falou, à Secretaria da Mulher e às outras secretarias que estiveram com ele, que no momento em que for possível planejar a inclusão dessa vacina, ele o fará. Portanto, eu fico aguardando que o Executivo se manifeste e encaminhe o projeto nesse sentido.

Talvez fosse fundamental que Brasília fosse a primeira capital do País que tivesse um programa público de prevenção do câncer do colo cervicouterino.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	70



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20 / 06 / 2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 325/07

Autor: Deputado(a): Benício Tavares Executivo

Relator: Deputado(a): Olam Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		13			11		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ Nº _____ / _____
SECRETÁRIO DEP. _____ Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR _____ Nº _____
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 10:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 8, de 2011, da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei nº 4.326, de 22 de maio de 2009, que assegura a participação de artistas locais em eventos artísticos e culturais promovidos ou patrocinados por órgãos e entidades integrantes da administração direta ou indireta do Distrito Federal e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	72



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DL nº 8 / 2011

Fl. nº 23 / 8

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 8/2011, que "altera a lei nº 4.326, de 22 de maio de 2009, que assegura a participação de artistas locais em eventos artísticos e culturais promovidos ou patrocinados por órgãos e entidades integrantes da Administração direta ou indireta do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~ *Olain Francisca*

Pela Mensagem nº 370/2011-GAG (fls. 20/21), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 8, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a lei nº 4.326, de 22 de maio de 2009, que assegura a participação de artistas locais em eventos artísticos e culturais promovidos ou patrocinados por órgãos e entidades integrantes da Administração direta ou indireta do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 16.

Remetido ao Governador, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento de que a matéria – por alterar substancialmente diploma já existente – demandaria edição de lei nova, nos termos da Lei Complementar nº 13/1996.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

2

Ademais, contrariaria o interesse público, ao permitir que produções artísticas oriundas de outras unidades da federação pudessem concorrer em condições de igualdade com os artistas locais.

Alegou, por fim, que o art. 2º da proposição criaria atribuição para a Secretaria de Cultura, o que só poderia constar de proposição de iniciativa do Poder Executivo.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

Relator

Olá Francisco

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	75



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/06/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 8111 _____

Autor: Deputado(a): Celina Leão Executivo

Relator: Deputado(a): Olair Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		13			11		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP	SECRETÁRIO DEF. <u>CRISTIANO ARAÚJO</u>	ASSP Fls.º Nº <u>1</u>
------	---	---------------------------

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR <u>Olair Francisco</u>	1381	ASSP/ Nº <u>1</u>
ASSINATURA	MAT.	FOLHA Nº

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não houve acordo quanto ao item nº 11. A nossa assessoria confundiu. Portanto, peço desculpa e solicito que apreciemos o item nº 12.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Então, como não há acordo, apreciaremos o item nº 12, em vez do item nº 11.

Item nº 12:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 133, de 2011, do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a proteção à criança, adolescente e gestante quanto aos efeitos maléficos do uso de produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, nos locais que especifica e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	77



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 133, 2011
Fls. nº 37, §
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 133/2011, que *proíbe o consumo de cigarros, charutos e demais produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, nos locais, nas condições e na forma que especifica e dá outras providências.*

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~

Olain Francisco

Pela Mensagem nº 377/2011-GAG (fls. 31/32), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 133, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

A proposição foi aprovada na forma de substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça, ficando sua redação final conforme fls. 23/24.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo do parágrafo único do art. 7º, sob a alegação de que o dispositivo sujeita servidor público, no caso de infração ao diploma, às sanções da Lei federal nº 8112/90, cuja aplicação ficou afastada, no âmbito do Distrito Federal, pela Lei Complementar local nº 840/11.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Olain Francisco
Relator

Dep. Olain Francisco

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	79



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/06/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parágrafo único do Art. 7º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 133/11

Autor: Deputado(a): Claudio Abrantes Executivo

Relator: Deputado(a): Olau Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		14			40		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>CRISTIANO ARAÚJO</u>	ASSP Nº <u>1</u>
		Fls.º

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		

ASSINATURA <u>Olau</u>	CONSOLIDADO POR <u>1381</u>	ASSP/ Nº <u>1</u>
	MAT.	FOLHA Nº

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	80

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, há 14 Deputados em plenário?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Há 14 Deputados. Está aqui a relação, e cada um disse “sim”. V.Exa. quer conferir? (Pausa.) Havia 13 Deputados. V.Exa. chegou, e são 14 Deputados agora. A Deputada Arlete Sampaio está aqui no corredor.

Item nº 13:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 161, de 2011, do Deputado Washington Mesquita, que “cria a notificação compulsória de violência contra criança e/ou adolescente e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	81



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 161/2011, que *cria a notificação
compulsória de violência contra criança ou
adolescente e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 378/2011-GAG (fls. 32/33), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 161, de 2011, de autoria do Deputado Washington Mesquita.

A proposição foi aprovada com emendas, ficando sua redação final conforme fls. 24/25.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo do art. 8º, inciso II, sob a alegação de que o dispositivo fixa multa com base em UPDF, unidade de valor que deixou de existir no Distrito Federal por força da Lei 1.118/96.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

~~DEPUTADO
Presidente~~

~~DEPUTADO CHICO LEITE
Relator~~

Dep. Olair Francisco
Relator

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	83



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/06/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): inuso III do Art. 8º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 1611/4

Autor: Deputado(a): Washington Mesquita

Executivo

Relator: Deputado(a): Olan Trancoso

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		14			10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ Nº _____ / _____
SECRETÁRIO DEP. RODRIGO ALENTO Fls.º _____

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR af/ub MAT. 1386
ASSINATURA _____ FOLHA Nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	84

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto parcial ao inciso II do art. 8º do Projeto de Lei nº 161, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 16:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 462, de 2011, do Poder Executivo, que “inclui o Anexo I – Metas e Prioridades na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2012”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial à parte do Anexo I, referente à Emenda nº 20 e à nº 60 do Projeto de Lei nº 462, de 2011.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	85



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 462, 2011
Fls. nº 172, 8

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 462/2011, que inclui o Anexo I – Metas
e Prioridades – na Lei de Diretrizes
Orçamentárias para o exercício financeiro de
2012.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 426/2011-GAG (fls. 147/148), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 426, de 2011, que "inclui o Anexo I – Metas e Prioridades – na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2012".

A proposição sofreu alterações devido a emendas de parlamentares. A redação final aprovada ficou conforme fls. 114/125.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** às ações 5928 – Implantação de Biblioteca Pública – e 7360 – (EP) Construção do Hospital Regional do Recanto das Emas – e seus respectivos subtítulos, sob a alegação de que são incompatíveis com os objetivos dos programas nos quais foram inseridas.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	86

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos, em bloco, os vetos parciais ao anexo, referentes à Emenda nº 20 e à nº 60.

Havendo acordo, passa-se à apreciação dos vetos parciais.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	87



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/06/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parte dos Anexos I referentes as emendas n-1 20 e 60

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 462/11

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Olav Fumuso

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT				X		
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		13			11		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. CRISTIANO ARAUJO ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Olav ASSINATURA MAT. 1384 ASSP/ Nº 1 FOLHA Nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	88

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto parcial à parte do Anexo I referente à Emenda nº 20 e à nº 60 do Projeto de Lei nº 462, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 17:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 576, de 2011, do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para o exercício de 2012 e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	89



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 576, 2011
Fls. nº 1593-8

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 576/2011, que *estabelece a pauta de
valores venais de terrenos e edificações do
Distrito Federal para efeito de lançamento do
Imposto Sobre a Propriedade Predial E
Territorial Urbana – IPTU para o exercício de
2012 e dá outras providências*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 424/2011-GAG (fls. 1227/1229), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 576, de 2011, de autoria do Poder Executivo.

Em sua tramitação, a proposição recebeu emendas, ficando sua redação final conforme fl. 408.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo das emendas de números 1 e 5.

O parágrafo único do art. 1º, acrescido pela emenda n.º 1, foi vetado sob o argumento de que a limitação contida na proposta não se justificaria, por não ter caráter normativo, já que não existiria motivo para supor que haveria atualização de valores acima do INPC, apenas servindo, portanto, para dificultar a interpretação da matéria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	90

2

O art. 5º, acrescido pela Emenda n.º 5, foi vetado sob a fundamentação de que o desconto de 5% para os contribuintes que pagarem o tributo integralmente até a data do vencimento já é garantido pela Lei Complementar 836/2011, de forma que a permanência do dispositivo vetado poderia levar à interpretação errônea de que haveria dois descontos pelo mesmo motivo.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente
DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Relator

Dep. Clain Francisco

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DL nº 576, 2011
Fls. nº 1594. 8

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	91

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos em bloco os vetos parciais.

Havendo acordo, passa-se à apreciação dos vetos.

Os vetos exigem, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os vetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	92



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20, 06/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parágrafo único do art. 1º e art. 5º.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 576/11

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): Olau Francisco

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT				X		
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		14			10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. BRISTIANO ARAUJO ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR 1384 ASSP/ Nº 1
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	93

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis.

Total de votantes: 14.

Ficam mantidos os vetos parciais ao parágrafo único do art. 1º e ao art. 5º do Projeto de Lei nº 576, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Encerramos a pauta acordada com os Líderes, mas temos duas solicitações do Deputado Cláudio Abrantes. Trata-se de votações simbólicas.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também fiz uma solicitação para apreciação de um item, mas trata-se de uma comissão geral a se realizar em agosto. Então, podemos apreciá-lo na semana que vem. Ontem foi declarada inconstitucional a conclusão de obra em condomínio, e eu queria fazer uma audiência pública para acharmos um método de, efetivamente... O decreto feito pelo governo foi considerado inconstitucional. Mas amanhã ou semana que vem eu solicito a apreciação da matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Sim, Deputado Rôney Nemer, basta que V.Exa. solicite e nós incluiremos a matéria na Ordem do Dia.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.595, de 2012, do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública no dia 25 de junho de 2012, às 15 horas, no plenário desta Casa, para tratar da operacionalização da Torre Digital de TV de Brasília”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.602, de 2012, de vários Deputados, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 16 de agosto de 2012 em comissão geral para debater a questão do Centro de Atendimento Juvenil Especializado – Cajé”.

Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 06 2012	15h50min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	94

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos estão aprovados, em turno único, com a presença de 14 Deputados.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.562, de 2012, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, a sessão ordinária de amanhã, 21 de junho de 2012, quinta-feira, será transformada em comissão geral para debater o projeto de lei dos concursos públicos no Distrito Federal, encaminhado pelo Poder Executivo.

Esta Presidência convoca todos os Líderes para reunião do Colégio de Líderes a se realizar na próxima terça-feira, às 14 horas, na sala da Presidência da Câmara.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h40min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 139 – Suplemento, de 7/8/2012.